

Revista **ENFRENTAMENTO**

Movimento Autogestionário



28

ISSN 1983-1684

REVISTA ENFRENTAMENTO

Uma revista na luta cultural

Movimento Autogestionário

ISSN 1983-1684

EXPEDIENTE

A Revista Enfrentamento é uma publicação do Movimento Autogestionário – MOVAUT. Seu conteúdo está vinculado à perspectiva revolucionária e autogestionária e intenta colaborar com a luta das classes e grupos oprimidos de nossa sociedade. Os textos publicados são de responsabilidade de seus autores. Contudo, o Conselho Editorial da Revista Enfrentamento e o Movimento Autogestionário reservam-se ao direito de só publicar os artigos que expressem claramente os pontos de vista políticos e teóricos do Movimento Autogestionário.

CORPO EDITORIAL

Diego Marques P. Dos Anjos

Jaciara Veiga

Lucas Maia

Mateus Alexandre Oliveira Alves

Mateus Orio

CAPA

Diney Vasco

SUMÁRIO

Para tomar as rédeas de nossas PRÓPRIAS VIDAS!

Conselho Editorial 5

Tendências da acumulação de capital na atualidade

José Santana da Silva 10

Salários em baixa, capital em alta. Acumulação capitalista no Brasil contemporâneo

Diego Marques P. Dos Anjos 26

BRASIL: eleições ou golpe, democracia ou ditadura?

Lucas Maia35

O bloco revolucionário no Brasil: entre a ambiguidade e a coerência

Edmilson Marques 44

A miséria do progressismo e a contemporaneidade

Cleito Pereira dos Santos 56

É hora de lutar, lutar de verdade!

Irineu Dourado Oliveira 63

A manipulação do inconsciente e as eleições brasileiras de 2022

Guilherme Bachmann71

PARA TOMAR AS RÉDEAS DE NOSSAS PRÓPRIAS VIDAS!

Conselho Editorial

“Melhores ou piores, é o mesmo: a bota que nos pisa é sempre uma bota. Já terão compreendido o que quero dizer: não mudar de senhores, mas sim não ter nenhum”.

(Bertolt Brecht).

“Eu me canso da dança que outros dançam com meus pés”.

(Dança das Mãos, 365).

A presente edição da Revista Enfrentamento aborda a conjuntura brasileira, isto é, as lutas de classes que se manifestam no ano de 2022 no Brasil. A conjuntura brasileira, como será percebido pelos leitores, está perpassada pelas eleições. Sendo assim, esta edição aborda principalmente a democracia, eleições e o voto. Tratar sobre as eleições novamente - pois já as abordamos em edições anteriores - possui um duplo sentido, tanto negativo quanto positivo. No sentido negativo, a necessidade de abordar as eleições significa que a emancipação humana ainda não é uma realidade existente. Já no sentido positivo, isso quer dizer que continuamos lutando, crítica e radicalmente, para que essa emancipação se torne real, uma vez que estamos enfrentando um dos obstáculos que a impede de existir. *Enfrentar ainda é preciso!*

Mas, por que a continuidade da existência das eleições significa a continuidade da dominação do ser humano pelo ser humano? Sabemos que as eleições aparecem, à primeira vista, como forma da população dirigir sua própria vida através da escolha de pessoas de confiança que levarão a cabo seus interesses. Por conseguinte, o processo eleitoral, na aparência, baseia-se em alguns pressupostos: a) os indivíduos não possuem interesses antagônicos entre si, mas, no máximo, interesses semelhantes com algumas oposições; b) só o voto já seria capaz de expressar interesses e escolhas dos indivíduos; c) é possível aos eleitos satisfazerem aos interesses daqueles que votaram neles. No entanto, a aparência nada mais é que a aparência de uma essência; *quer dizer*, a aparência das eleições não corresponde exatamente ao que estas são de fato. Tais pressupostos caem por terra tão logo sejam contrapostos com a realidade.

As eleições apenas fariam sentido se não houvesse *interesses antagônicos* no interior da população. Interesses antagônicos são aqueles que possuem uma relação

inconciliável, pois um é realizado em detrimento radical do outro. Por isso, Marx afirma que a “população” é uma abstração, se não se considerar, por exemplo, as diferenças de classe que a constituem. Na realidade concreta, pelo contrário, existem diferenças fundamentais que devem ser consideradas quando tratamos de uma eleição. Neste sentido, de onde advém esse antagonismo de interesses entre alguns indivíduos? Na sociedade capitalista, há uma *divisão social do trabalho* que origina as classes sociais e, algumas delas, possuem interesses antagônicos em relação a outras. Este é o caso da burguesia e do proletariado - duas classes que se relacionam no processo de produção - sendo que a primeira explora a segunda através da extração de mais-valor. Seria um contrassenso afirmar que é de interesse do proletariado continuar sendo explorado; quer dizer, o interesse do proletariado é deixar de ser uma classe explorada, abolindo as relações de exploração e dominação existentes, o que implica abolir a si mesmo como classe social. Pelo contrário, a classe capitalista tem interesse em manter, expandir e consolidar este processo de exploração. Há, portanto, interesses inconciliáveis entre estas duas classes. Por isto, pode-se dizer que são classes antagônicas.

As eleições não surgem fora da sociedade burguesa a qual acabamos de descrever alguns de seus aspectos fundamentais. Nascem em seu interior, como resultado de suas próprias contradições. As eleições não são uma invenção que brotou genialmente do cérebro dos cientistas políticos, mas são o resultado de um processo histórico perpassado pelas lutas de classes. A democracia (e o processo eleitoral) se desenvolve historicamente e se transforma à medida que também a própria sociedade burguesa se modifica. Não temos condições de analisar isto nos limites deste breve editorial. Contudo, pode-se afirmar que, mesmo sendo conquistas arrancadas da classe dominante, a democracia e o processo eleitoral que o acompanha, são integrados à própria dinâmica de reprodução desta sociedade. Por exemplo, no século XIX, a democracia censitária impedia a participação da classe trabalhadora no processo eleitoral. Com as lutas desta classe, arrancou-se da classe capitalista o direito ao voto. Contudo, à medida que os trabalhadores conquistam tal direito, este é de tal forma regulado e integrado que se torna inofensivo como meio de transformação social.

O que nos leva ao segundo pressuposto: apenas o voto já seria realmente capaz de expressar os interesses de todas as classes? No Brasil, de dois em dois anos, ocorrem

as eleições. E as eleições possuem suas próprias regras. Cada candidato deve obedecer algumas normas para conseguirem se candidatar. E todas essas normas, em seu conjunto, acabam limitando extremamente a possibilidade de participação das classes inferiores no processo eleitoral. No final, é bastante difícil a candidatura de indivíduos das classes inferiores. Aqueles que conseguem se candidatar, por conseguinte, já entram no processo eleitoral com alguns financiadores, apoio partidário etc. João não pode votar no seu vizinho José para ser vereador, pois, para isso, José teria que se filiar em algum partido e este partido o indicar para ser candidato. E, se José, que pertence a alguma classe inferior, se filiasse em algum partido e se candidatasse, isso significaria o abandono - completo ou parcial - de sua classe social de origem. Além disso, para angariar financiadores e o apoio do partido, nenhum candidato pode ter discursos mais radicais, que questionem a dominação e exploração capitalistas. Aqueles que tentam fazer isso - no plano do discurso, pelo menos - acabam recebendo pouco financiamento e, logo, poucos votos. As cartas que nos são apresentadas nas eleições estão marcadas em um jogo cujas regras beneficiam somente a classe dominante, pois foi ela quem as criou. Os candidatos, melhores ou piores, com seus vícios e virtudes, garantem o mesmo resultado: a continuidade da exploração dos capitalistas sobre o proletariado, e da dominação dos capitalistas sobre a sociedade em geral, pois é isto que permite aos candidatos ganharem eleições. Brecht acertou quando disse que a “bota que nos pisa é sempre uma bota. Não mudar de senhores, mas sim não ter nenhum”. Com a intenção de não ter nenhum senhor, a classe trabalhadora precisa romper com o limitante processo eleitoral, pois, por mais “universal” que seja, é demasiado pequeno e débil para a tarefa de abolir as relações de exploração e dominação existentes. É impossível lutar pela emancipação humana através de um processo criado com o propósito de reproduzir a dominação. Da mesma forma, é impossível candidatos forjados com a finalidade de dominar, lutarem pela emancipação humana.

Sendo assim, os candidatos nas eleições se digladiam entre si no intuito de serem os escolhidos para levarem a cabo *apenas* os interesses da classe dominante, mesmo que no plano do discurso possa ser diferente. Contudo, a realização dos interesses da classe dominante através da eleição de candidatos só é uma possibilidade porque estes interesses são coincidentes com os interesses dos próprios candidatos e partidos

políticos aos quais são filiados (isto não quer dizer que não existem oposições e disputas interburocráticas entre partidos, o que, via de regra, expressa também interesses de classe e frações de classe). A divisão social do trabalho produz as classes sociais, mas não produz apenas a burguesia e o proletariado. Esta divisão cria também algumas classes auxiliares que nascem no intuito de reproduzir e legitimar as relações de produção capitalistas. Os candidatos, uma vez eleitos, tornam-se burocratas estatais. Isto é, estão subordinados à própria dinâmica do Estado capitalista, que nada mais é que uma organização burocrática que regula as relações sociais burguesas, preservando-as através do controle e repressão. Existem normas, processos, organizações, fiscalizações etc. que asseguram que nenhum candidato possa expressar outros interesses que não sejam aqueles da reprodução da dominação e exploração da classe burguesa. E - para a negação e dissimulação de alguns progressistas - é interesse dos eleitos colocarem em prática as demandas da burguesia, pois, ao se inserirem na dinâmica estatal capitalista, é criado para estes mesmos eleitos, um modo de vida que é confortável no interior dessa sociedade desumanizada. Entre ser dominado ou auxiliar na dominação, os eleitos escolhem - sem titubear - a segunda opção (mas é óbvio que este interesse é dissimulado por discursos em nome do povo, dos pobres, da nação etc.). Por conseguinte, aqueles que são eleitos possuem duas faces sorridentes: uma sorrindo satisfatoriamente apertando a mão das classes superiores (burguesia, latifundiários, burocracia, intelectualidade etc.); e a outra sorrindo sadicamente apertando a mão das classes inferiores (proletariado, campesinato, lumpemproletariado, trabalhadores domésticos, dos serviços, comércio etc.). O modo de vida de um burocrata que foi eleito é perpassado também pela dissimulação de seus próprios interesses. E isso vale para todos.

A realidade declarada (o discurso), deste modo, não pode corresponder com a realidade concreta, mas a todo momento a realidade concreta se contrapõe à realidade declarada. Toda essa aparência cria uma mistificação que ano após ano se torna mais difícil de se manter mistificada. Assim, cada eleição, de dois em dois anos, se repete simultaneamente, tanto como farsa quanto como tragédia; quer dizer, cada eleição representa a continuidade da dominação (tragédia) travestida como se supostamente houvesse a participação livre e integral da população (farsa). Esta edição da Revista Enfrentamento não pretende desmascarar esta farsa para que o proletariado se

satisfaça com a tragédia, mas, pelo contrário, esta edição revela esta farsa para que o proletariado e os revolucionários lutem contra a tragédia, a fim de se libertarem dos grilhões impostos pela sociedade capitalista. Neste processo eleitoral, mais uma vez, reafirmamos: vote nulo e lute pela autogestão social! Pois a superação desta trágica farsa eleitoral é condição para que o proletariado (com apoio das demais classes inferiores) possa tomar as rédeas de suas próprias vidas!

TENDÊNCIAS DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NA ATUALIDADE

José Santana da Silva¹

Este texto consiste numa breve análise da acumulação de capital na atualidade e dos seus desdobramentos na condição social dos trabalhadores. Trata-se de uma contribuição com a luta cultural desenvolvida pelo Movimento Autogestionário, pela transformação radical da sociedade, da perspectiva do proletariado. Procuramos identificar as tendências da acumulação de capital em geral e no Brasil no regime de acumulação integral. Sinteticamente, verificamos a intensificação da concentração e centralização de capital; o crescimento do desemprego e a reprodução do “exército industrial de reserva” (lumpemproletarização); também verificamos o aprofundamento da exploração da força de trabalho por meio de reformas de caráter neoliberal que contribuem para reduzir o seu valor. A verificação da queda da taxa de lucro e da produtividade do trabalho depende da ampliação da pesquisa, o que não foi possível realizar neste momento. Esta análise se fundamenta nos pressupostos teóricos apresentados sucintamente a seguir.

No modo de produção capitalista, o objetivo fundamental da produção de bens materiais é a acumulação de capital² – razão de existir do capitalista – não a satisfação das necessidades de consumo de quem produz e da sociedade em geral. O que torna possível a acumulação é a exploração da força de trabalho, por meio da extração de um excedente produzido pelo trabalhador – o mais-valor – e de sua apropriação privada pelos donos dos meios de produção e compradores da força de trabalho. A produção de mais-valor é o elemento distintivo do capitalismo e o único motivo do capitalista para contratar força de trabalho.

O desenvolvimento da acumulação capitalista produziu a concentração e a centralização do capital. A primeira consiste num grande volume de meios de produção de determinado ramo produtivo nas mãos de capitalistas individuais ou de grupos de sócios. Por seu lado, a centralização se concretiza por meio da “concentração de capitais

¹ Militante do Movimento Autogestionário – Movaut.

² Marx define assim a acumulação de capital: “Aplicação de mais-valia como capital ou retransformação de mais-valia em capital chama-se acumulação de capital” (MARX, 1996, p. 213).

já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores” (MARX, 1996, p. 257)³. Esses dois fenômenos foram identificados e analisados criticamente por Marx em meados do século 19, tornando-se uma tendência irrefreável a partir de então, com a formação de oligopólios. Progressivamente, a centralização se consolidou na forma de sociedades por ações (sociedades aparentemente “anônimas”), abrangendo capitais dos mais diversos ramos da produção e distribuição de mercadorias, incluindo o capital bancário. Na atualidade, a concentração e a centralização de capital continuam a pleno vapor, não obstante as tentativas de imposição de limites formais ou legais pelo Estado, tendo em vista preservar a concorrência entre os capitalistas, mas sem qualquer intenção de alterar a condição dos trabalhadores na relação com o capital.

Quem ganha e quem perde com a concentração e a centralização do capital? Na relação capitalista de produção, independentemente do seu estágio de desenvolvimento, os capitalistas sempre ganham e os produtores do mais-valor – os trabalhadores – sempre perdem. A concentração e a centralização do capital ampliam a capacidade de extração do mais-valor, uma vez que os capitalistas passam a dispor de meios de produção mais desenvolvidos, que potencializam o aumento da produtividade do trabalho com a consequente majoração da taxa de exploração, devido ao decréscimo do valor da força de trabalho. Em decorrência disso, os capitalistas se tornam cada vez mais ricos e os trabalhadores, proporcionalmente, mais pobres.

³ Para explicitar as diferenças entre os processos de concentração e de centralização de capital, Marx afirma que este último “se distingue do primeiro porque pressupõe apenas divisão alterada dos capitais já existentes e em funcionamento, seu campo de ação não estando, portanto, limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital se expande aqui numa mão, até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido por muitas mãos. É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração” (MARX, 1996, p. 257). E mais: “o progresso da centralização não depende, de nenhum modo, do crescimento positivo da grandeza do capital social. E especialmente isso diferencia a centralização da concentração, que é apenas outra expressão para a reprodução em escala ampliada. A centralização pode ocorrer por meio de mera mudança da distribuição de capitais já existentes, mediante mudança simples do agrupamento quantitativo dos componentes do capital social. O capital pode crescer aqui numa mão até formar massas grandiosas, porque acolá ele é retirado de muitas mãos individuais” (MARX, 1996, p. 258).

Outro efeito peculiar da concentração de capital é o aumento da “superpopulação relativa” de força de trabalho ou “exército industrial de reserva”, que forma o conjunto social do lumpemproletariado⁴. A superpopulação relativa de trabalhadores é gerada tanto pela adição de novos capitais quanto pelas inovações introduzidas no antigo (MARX, 1996, p. 259)⁵. Quanto mais capital acumulado, gerando a ampliação da composição orgânica do capital, tanto menos força de trabalho é necessária. A centralização acentua essa tendência.

Em qualquer época, a análise da acumulação de capital e seus efeitos para a classe trabalhadora deve incluir o papel do Estado nas relações entre trabalhadores e capitalistas, visto ser ele um elemento fundamental na reprodução deste modo de produção. No *Manifesto do partido comunista*, de 1848, Marx e Engels definiram o Estado, sinteticamente, como “um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2003, p. 47). Na mesma obra, acrescentaram: “O poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra” (MARX; ENGELS, 2003, p. 67). Esta definição demonstra o caráter classista do Estado. A sua atuação ante o antagonismo entre as duas classes fundamentais do capitalismo – burguesia e proletariado – não deixa margem para dúvidas quanto ao lado assumido pela burocracia estatal, o da classe exploradora. No cumprimento da sua função de garantir as condições para a acumulação de capital, o Estado estabelece os limites da reprodução da força de trabalho. Com esse objetivo, cria uma legislação que delimita os direitos dos trabalhadores, mantendo a sua subordinação aos interesses dos capitalistas.

⁴ Para Marx, o lumpemproletariado é composto pelos extratos inferiores da força de trabalho marginalizada da relação com o capital. Segundo Viana, em síntese, o lumpemproletariado é a totalidade do exército industrial de reserva, composto por diferentes frações (VIANA, 2018, p. 123-125; 218-228). É neste sentido que o termo está sendo utilizado neste texto.

⁵ Ao demonstrar a relação entre desenvolvimento (inovações) do capital centralizado e sua demanda por força de trabalho, Marx afirma: “A diminuição absoluta da demanda de trabalho, que necessariamente segue daí, torna-se, como é óbvio, tanto maior quanto mais os capitais, que passam por esse processo de renovação, estejam acumulados em massas, graças ao movimento centralizador” (MARX, 1996, p. 260). Acrescentando: “Por um lado, o capital adicional constituído no decurso da acumulação atrai, portanto, em proporção a seu tamanho, menos e menos trabalhadores. Por outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente em nova composição, repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados por ele” (*ibidem*).

Além de cumprir seu papel fundamental na regularização da exploração e na repressão aos trabalhadores, o Estado atua para viabilizar a apropriação de mais-valor pelos capitalistas além de suas fronteiras, por meio do imperialismo. Este é um privilégio dos Estados dominantes, que impõem os interesses do seu capital aos países subordinados⁶, mediante acordos comerciais e financeiros desvantajosos para estes, gerando dívidas impagáveis. Geralmente, contam para isso com a conivência dos dirigentes e com a subserviência dos capitalistas desses países. Quando algum deles opõe resistência a essa extorsão, suas fronteiras são abertas com a força das armas, resultando, quase sempre, na submissão ao Estado agressor. De outra forma, quando algum movimento rebelde ou da classe trabalhadora de algum país subordinado ameaça a continuidade da extorsão, o país imperialista intervém impondo governos ditatoriais por meio de golpes de estado efetuados pelos militares ou com o seu apoio. Estas estratégias foram adotadas mais rotineiramente nos séculos 19 e 20, o que não significa que tenham sido abandonadas na atualidade. Com a consolidação do regime de acumulação integral, desde a década de 1990, e o descenso da competição entre o capitalismo privado norte-americano e europeu e o capitalismo de estado soviético (“guerra fria”), a estratégia dominante tem sido a do neoimperialismo, conforme será demonstrado adiante.

Agora, é necessário identificar a tendência da acumulação de capital e seus desdobramentos na condição social dos trabalhadores na atualidade, e explicitar a atuação do Estado neoliberal para garantir a acumulação integral.

⁶ Aqui, é necessário afirmar a distinção entre subordinação e dependência, na relação entre os países aos quais pertence o capital dominante no mercado internacional e os países originários do capital inferior. A relação de dependência econômica implica em interdependência, podendo se concretizar como uma relação em condição de igualdade ou de dominação. Já a relação de subordinação se realiza, necessariamente, entre dominantes e dominados. Assim ocorre entre os países de capital dominante da América do Norte, particularmente Estados Unidos, da Europa (Inglaterra, Alemanha, França, Itália) e da Ásia (Japão e China) e países de capital inferior, que estão sempre na condição de subordinados aos interesses daqueles. Esse é o caso de todos os países da América Latina e da África, de quase toda a Ásia e Oceania e de grande parte da Europa. Todos os países são economicamente dependentes em relação aos demais, em maior ou menor grau, mas nem todos são subordinados ou dominantes entre si ou as duas coisas. Disto se conclui que o termo dependência não expressa a concreticidade das relações entre países dominados e dominantes, o que o termo subordinação expressa com precisão.

Exploração e acumulação integral de capital

Enquanto a história da humanidade é determinada pela sucessão de modos de produção, a história do capitalismo se desenvolve através da sucessão de *regimes de acumulação*. Conforme definido por Nildo Viana, o regime de acumulação “é um determinado estágio do desenvolvimento capitalista, marcado por determinada forma de organização do trabalho (processo de valorização), determinada forma estatal e determinada forma de exploração internacional” (VIANA, 2009, p. 30). A determinação fundamental da sucessão dos regimes de acumulação é a luta de classes entre o proletariado e a burguesia, com o envolvimento das demais classes sociais. Até a atualidade, o capitalismo passou por quatro regimes de acumulação: o *extensivo* (da revolução industrial a aproximadamente final do século 19); o *intensivo* (do final do século 19 à segunda guerra mundial); o *intensivo-extensivo* ou *conjugado* (do pós-segunda guerra mundial a aproximadamente final do século 20) e o regime de acumulação *integral* (do final do século 20 à atualidade) (VIANA, 2009, p. 34). Ressalve-se que a transição de um regime de acumulação a outro não é um processo uniforme nem homogêneo nos diversos países capitalistas.

Conforme indicado, o *regime de acumulação integral* é a fase histórica atual da acumulação de capital, cuja característica distintiva é a busca simultânea dos capitalistas pela ampliação da “extração de mais-valor relativo e absoluto”, tendo no estado neoliberal e no neoimperialismo os seus complementos necessários (VIANA, 2009, p. 35). Para obter a acumulação integral, os donos do capital introduziram a “reestruturação produtiva” ou “sistema Toyota” (toyotismo), que consiste, em síntese, na organização do processo de trabalho de modo a produzir mercadorias sob demanda⁷ e com maior eficiência (menor dispêndio de tempo entre as operações de produção e distribuição); condicionamento intelectual e técnico do trabalhador para atuar nas diferentes etapas da produção, de acordo com a dinâmica do processo produtivo, impondo uma

⁷ Na verdade, os donos do capital têm a pretensão de aproximar ao máximo a sua produção da demanda individual dos consumidores. A organização toyotista e o desenvolvimento das forças produtivas têm possibilitado atender parcialmente à diversidade de demandas, produzindo diferentes “versões” de um mesmo produto. Porém, no capitalismo, a produção personalizada para todos os indivíduos ainda é inviável. Somente uma parcela muito reduzida de indivíduos extremamente ricos pode consumir produtos exclusivos. A produção em massa para um mercado consumidor, também massivo, continua sendo necessária para viabilizar a reprodução ampliada e a acumulação de capital.

“especialização ampliada” (VIANA, 2009, p. 70); ocupação dos espaços pelo menor tempo possível com matérias primas e mercadorias produzidas etc.

No regime de acumulação integral, a concentração e a centralização do capital continuam se acentuando ininterruptamente. Os dados apresentados periodicamente pelos órgãos estatais em cada país e reproduzidos em relatórios por organizações internacionais que expressam ou representam os interesses dos capitalistas, tais como o Banco Mundial (Bird), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Grupo dos Sete (G7), o Grupo dos Vinte (G20) etc., demonstram a continuidade dessa tendência, sem qualquer intenção de superar tal situação. Precisamente ao contrário, o propósito dessas organizações é a preservação do capitalismo e a maximização da eficiência no processo de acumulação de capital, com o mínimo de resistência dos trabalhadores.

Apesar das imprecisões dos dados, decorrentes das restrições impostas pela competição entre os próprios capitalistas e pela ocultação de informações ao Estado, a divulgação do valor e desempenho dos grandes grupos empresariais, feita pelo capital comunicacional como a revista norte-americana *Forbes*, proporcionam uma noção aproximada da concentração e centralização de capital na contemporaneidade. De acordo com matéria da *Forbes* (12/05/2022), os vinte maiores oligopólios atuais possuem mais de 35 trilhões e 348 bilhões de dólares em “ativos” (todos os bens ou capital, inclusive dinheiro). Destes, onze são norte-americanos e cinco chineses, pertencendo estes últimos ao setor bancário. O primeiro oligopólio (*holding*) da lista da *Forbes*, a Berkshire Hathaway, é composto por 62 empresas, entre elas, a Apple, a Coca-cola e a IBM. O seu capital (“ativos”), formado mediante expropriação do mais-valor de centenas de milhares de trabalhadores de vários países, soma 958,78 bilhões de dólares. O capital do seu principal acionista, Warren Buffett, é projetado em mais de 100 bilhões de dólares. Enquanto esse capitalista adiciona milhões de dólares ao seu capital a cada hora, na base da pirâmide social, o valor médio do salário mínimo mensal dos trabalhadores norte-americanos não passa de 2 mil dólares. Que dizer do salário mínimo pago aos trabalhadores dos países subordinados como o Brasil? Atualmente, o valor do salário mínimo no Brasil, cujos trabalhadores adicionam grande quantidade de mais-valor ao capital do grupo Berkshire Hathaway e de inúmeros outros, corresponde a menos de 250

dólares (na cotação do dia 13/07/2022). Esse oligopólio ilustra de forma explícita o nível de concentração da riqueza produzida socialmente e expropriada da classe trabalhadora.

O capital dos países subordinados mantém a mesma tendência à concentração e centralização, ainda que, em sua maioria, em menores proporções. No Brasil, os oligopólios de mineração – Vale –, do ramo de alimentos – JBS – e de bebidas – Ambev – são alguns exemplos de capital concentrado e centralizado. Segundo projeção da *Forbes*, o capital do principal acionista do grupo Ambev, Jorge Paulo Lemann, está em torno de 10 bilhões de dólares ou 50 bilhões de reais (2021). Considerando eventuais oscilações do mais-valor total produzido pelos operários nesse oligopólio, o salário médio mensal de um operador de produção (2.100 reais) pode ser inferior à milésima parte do que Jorge Lemann acumula em uma hora. Em 2016, os ganhos desse capitalista foram projetados, conforme matéria de um site de notícias (uol.com.br), em 2,26 milhões de reais por hora. Ressalte-se que os operários da Ambev não produzem apenas para o seu maior proprietário acumular, eles têm de produzir para vários outros.

Expressar em números o valor de todo o excedente extorquido da força de trabalho no planeta seria tarefa difícil de se realizar, o que não afeta a verdade de que a crescente riqueza dos capitalistas é fruto da compulsiva exploração e da pobreza de bilhões de trabalhadores. A extorsão se efetiva tanto na forma de mais-valor absoluto quanto relativo, contando sempre com a preciosíssima e indispensável contribuição do Estado na regularização das relações entre o capital e a força de trabalho e na repressão sistemática para manter os trabalhadores conformados à sua condição social.

Fora da esfera das organizações que representam os interesses do capital, mas não menos problemática, a organização não governamental Oxfam⁸ tem apresentado,

⁸ A Oxfam, cujo significado original é Comitê de Oxford de Combate à Fome (Oxford Committee for Famine Relief), foi fundada na Inglaterra em 1942 e no Brasil em 2014. Trata-se de uma organização reformista, conforme indicam seus propósitos: na origem, o seu objetivo era combater a fome, inicialmente na Grécia e, posteriormente, em outras regiões; com o tempo, incorporou o combate à desigualdade (social?), sem propor o fim da sua causa, as relações capitalistas de produção, mirando-se, fundamentalmente, na concentração de riqueza nas mãos dos chamados “super-ricos”. À medida que se expandiram os movimentos pela igualdade entre mulheres e homens e entre raças, a Oxfam incluiu em seu repertório essas reivindicações.

periodicamente, um quadro da desigualdade (social)⁹ em diversos países. Apesar das limitações e deformações do reformismo progressista (socialdemocrata) dessa ONG, parte dos dados contidos no seu relatório de 2022 possui alguma utilidade para se avaliar o estado atual da apropriação do mais-valor pelos capitalistas, especialmente os que concentram maior volume de capital. Nesse relatório, a Oxfam afirma que, entre 1995 e 2021, “o 1% mais rico acumulou quase 20 vezes mais riqueza global do que todos os 50% mais pobres da humanidade” (OXFAM, 2022, p. 10). Essa concentração foi especialmente potencializada durante a pandemia da covid-19 nos últimos dois anos, quando se estima que “Os dez homens mais ricos do mundo dobraram suas fortunas, enquanto mais de 160 milhões de pessoas foram empurradas para a pobreza” (OXFAM, 2022, p. 8). E ainda: “A pequena elite mundial de 2.755 bilionários viu sua fortuna crescer mais durante a pandemia de Covid-19 do que nos últimos quatorze anos” (p. 10). O relatório acrescenta que, neste período da pandemia, um milionário se tornou bilionário “a cada 26 horas” (p. 16), gerando, em contrapartida, mais pobreza e mortes em decorrência do empobrecimento de bilhões de indivíduos. Certamente, não foi a pandemia que tornou o capitalismo um modo de produção concentrador e centralizador de riqueza, mas o fato de ser tudo isso tornou desastroso o efeito social da virose mundial para os trabalhadores.

O relatório da Oxfam não se limita a expor a evolução da concentração de riqueza, apresenta, também, propostas reformistas a serem executadas pelos governos com o objetivo de reduzir a desigualdade, a começar pela econômica. Para isso, defendem a taxaçoão progressiva sobre os ganhos dos ricos, redistribuindo-os aos pobres por meio de ações do Estado. Segundo acreditam seus integrantes, assim se impediria a excessiva concentraçoão de riqueza nas mãos de poucos bilionários e se eliminaria a extrema pobreza. Com essas propostas, longe de contribuir para superar a determinaçoão fundamental da desigualdade social, a perspectiva da Oxfam reproduz a ilusão reformista de um capitalismo humanizado. Se o 1% mais rico da humanidade é composto somente por bilionários, a burguesia não se limita a esse percentual. Há muitos exploradores da força de trabalho e acumuladores de capital entre os demais

⁹ A Oxfam não utiliza o adjetivo *social* para qualificar o substantivo desigualdade no seu relatório.

99%. Também é necessário identificar nessa imensa maioria da população mundial outras classes privilegiadas que se reproduzem às custas dos trabalhadores. Este é o caso da burocracia, classe social formada pelos administradores das empresas (burocracia empresarial), pelos dirigentes do Estado (burocracia estatal) e de organizações sociais e políticas institucionalizadas (sindicatos, associações profissionais, ONGs, igrejas, universidades, partidos políticos etc.). Portanto, não se trata de um conjunto socialmente homogêneo, com interesses iguais ou convergentes. Sendo assim, a oposição entre os percentuais 1% e 99% não expressa todo o antagonismo de classes da sociedade capitalista. Por isso, a redução da concentração de riqueza não é suficiente para os trabalhadores abdicarem da luta pela abolição do capitalismo. Aqui, é necessário afirmar que, ao explicitar a tendência da acumulação de capital à concentração e centralização, Marx não propugnava a redução da desigualdade entre capitalistas e trabalhadores e a desistência da revolução. Sem qualquer veleidade reformista, ele aborda esses fenômenos para demonstrar a que ponto a acumulação de capital chega no capitalismo. Somente com o fim das relações capitalistas de produção a concentração de riqueza será superada. Essa transformação é tarefa do proletariado em conjunto com as demais classes inferiores, contra a burguesia e demais classes superiores.

Ao invés de propor a erradicação da desigualdade social e de todas as formas de desigualdade (racial, nacional, entre mulheres e homens etc.), a Oxfam, assim como outras organizações e movimentos reformistas, contribui para prolongar a causa fundamental de todas elas, as relações sociais capitalistas. A reforma que não se transforma em revolução acaba por legitimar a realidade social que deve ser abolida.

Conforme já indicado, além de tornar os capitalistas mais ricos e os trabalhadores mais pobres, a concentração e a centralização de capital geram desemprego, engrossando as fileiras do lumpemproletariado. Aqui, é necessário registrar que o emprego é a oportunidade que é oferecida ao trabalhador de ser explorado pelo capitalista. Por outro lado, o desemprego contribui para o aumento da exploração. Ele é, a um só tempo, produto das relações capitalistas de produção e potencializador da acumulação de capital. Os capitalistas se utilizam do excedente de força de trabalho para imporem aos trabalhadores salários menores. Trata-se de uma coação na forma de chantagem, nem sempre explícita.

As oscilações conjunturais das taxas de acumulação de capital não alteram a realidade crônica do desemprego. Em termos comparativos, os índices de desemprego tendem a ser maiores nos países subordinados. Os relatórios da Organização Internacional do Trabalho – OIT – sobre a taxa de desemprego no mundo demonstram essa realidade. No Brasil, na década que se estende de 2012 a 2021, a taxa média anual de desemprego apresenta variações de 4,8% em 2014 a 13,8% em 2020, tendo ficado em 13,2% no último ano do período considerado. Mais do que as diferenças entre as taxas dos respectivos anos, importa constatar a persistência do fenômeno, com ou sem crises. É improvável que alguém deixaria de trabalhar, se os produtores – todos os indivíduos em condições físicas, intelectuais e mentais de produzir – tivessem livre acesso aos meios de produção para produzirem de acordo com as necessidades coletivas numa sociedade autogerida – sem classes, sem Estado, baseada em relações de livre cooperação. Ao persistirem as relações capitalistas de produção, o desemprego continua afetando uma grande quantidade de trabalhadores, possuam formação técnica (“qualificação”) ou não.

Reformas neoliberais para aumentar a exploração

Desde a década de 1990, os governos de diversos países têm conseguido aprovar reformas que viabilizam o aumento da exploração, apesar da resistência dos trabalhadores. A partir de então, foram realizadas reformas trabalhistas e previdenciárias que eliminaram ou reduziram direitos, além de garantirem privilégios para a atuação dos donos do capital na sua incessante busca por acumulação. Embora não contemplem integralmente as demandas dos capitalistas, essas reformas continuam sendo implantadas em todo o mundo, independentemente da tendência política dos governos. São as reformas neoliberais do regime de acumulação integral, efetuadas pelo Estado neoliberal.

No Brasil, as recentes reformas trabalhista (2017), previdenciária (2019) e de regularização da terceirização (2017) ampliaram as possibilidades de exploração da força de trabalho. Além de reduzir ou extinguir vários direitos dos trabalhadores (menor tempo destinado às refeições, substituição do pagamento de horas extras pelo “banco de horas”, diminuição do valor da multa em caso de rescisão de contrato por meio de

acordo, fragmentação do período de férias, dentre outros), a reforma trabalhista aumentou o poder dos compradores da força de trabalho para fazerem valer seus interesses nos acordos com os trabalhadores sobre salários, jornadas de trabalho etc. Assim, não bastasse a extinção de direitos legalmente estabelecidos anteriormente, a reforma trabalhista impôs a “flexibilização”¹⁰ da relação entre os trabalhadores e os patrões em favor destes. A principal justificativa dos defensores da reforma trabalhista para efetuar-la foi a criação de mais empregos, uma falácia desnudada pela dinâmica do processo de acumulação de capital, que reproduz ininterruptamente o “exército industrial de reserva”. Com a terceirização, a formalização da sobreexploração foi ampliada, visto que o trabalhador da empresa terceirizada é explorado por esta e pela sua contratante. Trata-se de dupla exploração.

Por seu lado, a reforma previdenciária tornou a aposentadoria mais difícil, com o aumento da idade mínima para o trabalhador começar a exercer esse direito. As vantagens dessa reforma para os capitalistas são grandes: amplia o tempo de exploração dos trabalhadores, à medida que trabalharão por mais anos antes de se aposentarem; proporciona aos capitalistas o acesso a mais recursos financeiros do Estado, uma vez que as despesas com aposentadoria são reduzidas, disponibilizando mais dinheiro para o pagamento de juros aos possuidores de títulos da dívida estatal e para os almejados “investimentos” dos governos; aos banqueiros foi possibilitada a ampliação da apropriação de parte dos salários por meio dos planos de previdência privada. A débil resistência da classe trabalhadora não foi suficiente para impedir tais mutilações. Ainda insatisfeitos com os resultados obtidos, os capitalistas continuam tentando aprovar novas reformas.

Neoimperialismo e acumulação integral de capital

O imperialismo foi a forma como os países dominantes abriram caminho para o seu capital além de suas fronteiras durante os regimes de acumulação intensivo e conjugado, conforme descrito acima. Com a consolidação do regime de acumulação

¹⁰ O termo “flexibilização” nesse contexto da relação entre capitalistas e trabalhadores é um eufemismo utilizado para ocultar o aumento do poder ditatorial dos compradores da força de trabalho de extorquirem mais riqueza dos produtores.

integral, a estratégia dominante passou a ser a do neoimperialismo. Definido por Nildo Viana como o “imperialismo da época da acumulação integral” (VIANA, 2009, p. 104), o neoimperialismo consiste no uso de organizações interestatais – FMI, Bird, OMC, OCDE, G7, G20 – para impor os interesses do capital dominante aos países subordinados. Por meio dessas organizações, os Estados imperialistas estabelecem a regularização da exploração internacional e a universalização da reestruturação produtiva do regime de acumulação integral. Por esses motivos, tanto quanto o Estado, essas organizações são inimigas do proletariado. O neoimperialismo é uma clara demonstração de que, ao contrário do que os ideólogos da “globalização” tentaram fazer o resto da humanidade acreditar, o Estado continua indispensável à acumulação de capital dentro do seu território e além de suas fronteiras nacionais.

Após um período de desprezo pelas organizações interestatais, durante o governo republicano de Donald Trump (2017-2021), o Estado norte-americano, conduzido atualmente pelo governo democrata de Joe Biden, está desenvolvendo algumas ações de revigoração do neoimperialismo ianque: retomada do comando político das organizações interestatais mundiais e regionais – ONU, OCDE, OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), OEA (Organização dos Estados Americanos) – e ampliação do poder bélico, falsamente justificada pelas ameaças dos Estados russo e chinês, além de outros menos potentes, como o Irã e a Coreia do Norte.

Outra estratégia utilizada pelos países dominantes para ampliar o espaço de acumulação de capital são os blocos comerciais regionais¹¹. Ásia e Europa estão sendo priorizadas pelo Estado norte-americano, principalmente, para conter a expansão do capital chinês e do domínio russo nos respectivos continentes. Na Ásia, a última investida do imperialismo norte-americano pela criação de um bloco comercial é o Quadro

¹¹ Aqui, cabe ressaltar que a integração em blocos comerciais e políticos regionais não é exclusividade dos países imperialistas. Países subordinados também adotam essa estratégia entre si para tentarem reduzir a desvantagem na competição internacional. Na América Latina, a primeira proposta de integração política e econômica entre os países dessa região foi apresentada por um dos principais chefes político-militares das lutas pela independência das colônias hispano-americanas da América do Sul, o venezuelano Simón Bolívar (1783-1830). Sua proposta foi esboçada na *Carta da Jamaica* (6/9/1815). No século 20, outras tentativas foram empreendidas na América Latina: Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), Associação Latino-Americana de Livre Comércio/Associação Latino-Americana de Integração (ALALC/ALADI), Mercado Comum do Caribe (CARICOM), Pacto Andino, Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Econômico Indo-Pacífico (IPEF, em inglês). Essa iniciativa do governo de Joe Biden foi antecedida pelo Acordo de Parceria Transpacífico (TPP, em inglês), firmado pelo governo de Barack Obama (2008-2017) com outros onze Estados. Os blocos regionais servem tanto para expandir o capital dos países imperialistas quanto para dificultar a expansão dos seus concorrentes. O IPEF e seu antecessor TPP cumprem esse papel em relação ao capital e ao Estado chineses. A burocracia estatal chinesa demonstra que almeja transformar a China na principal potência imperialista planetária. Por isso, também usa a estratégia dos blocos econômicos regionais. Isso explica a formação da Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP, em inglês), formalizada em novembro de 2020 por quinze países da Ásia e da Oceania.

Na Europa, o imperialismo norte-americano atua para obter a adesão de novos países à OTAN¹², o que interessa ao capital bélico, mas sem desprezar as vantagens econômicas mais amplas da relação com a União Europeia. Apesar dos abalos provocados pela retirada da Grã-Bretanha (Brexit), o bloco da UE continua a se ampliar, com a adesão de países desmembrados do antigo capitalismo de estado soviético. Esse crescimento tem enfrentado a reação do Estado russo, que almeja retomar o controle desses territórios muito úteis para o seu capital. A atual guerra contra a Ucrânia é um dos acontecimentos mais visíveis e chocantes dessa disputa entre o Estado russo e o imperialismo da União Europeia em aliança com os EUA.

A invasão do território ucraniano foi justificada pelo governo russo como forma de impedir o ingresso daquela ex-república soviética na OTAN e, posteriormente, na UE, afirmando que isto poria em risco a segurança da Rússia. Essa alegação é tão contraditória quanto falsa. Na verdade, trata-se de uma luta entre os Estados europeus, associados ao norte-americano, e o Estado russo pela ampliação dos seus domínios, em função dos interesses do capital que representam. Embora a OTAN não tenha declarado guerra formalmente ao Estado russo, a resistência ucraniana é sustentada pelas armas fornecidas pelos governos dos países que compõem aquela aliança militar. Isto significa que a OTAN participa da guerra, através dos combatentes ucranianos. Essa disputa geopolítica, assim como tantas outras, demonstra a clara convergência entre as

¹² A não extinção da OTAN após o fim da chamada “guerra fria” é uma demonstração do peso do capital bélico nas decisões do Estado norte-americano.

burocracias estatais e a classe capitalista. Não por elevado espírito altruísta, o governo dos Estados Unidos tem destinado bilhões de dólares ao governo ucraniano na forma de “ajuda militar”. Sem grande esforço, é possível imaginar as celebrações dos capitalistas da indústria bélica por mais esse conflito. Mas eles não são os únicos beneficiários dessa carnificina, muitos outros compartilham dessa oportunidade de realizar grandes negócios sobre cadáveres e obterem elevados lucros. Certamente, alguns capitalistas europeus e norte-americanos já estão ansiosos para participarem da reconstrução da Ucrânia após a guerra. Os capitalistas se beneficiam tanto da destruição quanto da reconstrução, não importa quem seja o vencedor.

O fato de o Estado norte-americano priorizar o combate à expansão chinesa na Ásia e russa na Europa não significa descuido para com a América Latina. Afinal, a investida do capital chinês nesta região representa uma ameaça crescente ao domínio do capital norte-americano. As empresas chinesas são as principais compradoras de minérios e produtos agropecuários produzidos nos países latino-americanos e fornecedoras de uma grande variedade de produtos industrializados (bens de consumo e bens de capital). Outro indicador da expansão chinesa na América Latina são as empresas que estão instalando novas unidades produtivas em alguns países da região. Essa relação dos países latino-americanos com o capital chinês reproduz a relação de subordinação mantida com outros países imperialistas.

A primeira ação do Estado norte-americano com o objetivo de retomar o controle da América Latina foi o encontro de dirigentes de Estado de todo o continente americano realizado nos Estados Unidos no último mês de junho, a denominada “Cúpula das Américas”. O fato de esse encontro não ter resultado em acordos e projetos que interessam diretamente aos capitalistas, não deve alimentar a crença de que foi inútil. Foi válido para demonstrar aos dirigentes e capitalistas chineses que o Estado norte-americano e seus capitalistas não abdicaram de seus privilégios na região. Ao mesmo tempo, serviu para indicar aos dirigentes latino-americanos que o neoimperialismo continua em vigência, após o período de negligência do governo de Donald Trump.

O potencial expansionista do capital russo está longe de alcançar o chinês. Por isso, sua presença na América Latina é muito reduzida, restando ao Estado russo apoiar governos antinorte-americanos neste subcontinente, como é o caso do governo de

Nicolás Maduro na Venezuela. A fragilidade do capitalismo russo incapacita os seus capitalistas de participarem da disputa com os imperialismos norte-americano e chinês. Resta ao Estado russo o arsenal bélico para tentar ampliar seu domínio sobre países mais frágeis, que estão ao alcance dos seus foguetes convencionais e das balas dos seus canhões.

Para concluir esta limitada exposição, é útil sintetizar as tendências da acumulação de capital e seus impactos na condição social dos trabalhadores na atualidade, conforme proposto. A concentração e a centralização do capital continuam se ampliando no regime de acumulação integral, possibilitadas pela reestruturação produtiva, que gera maior produtividade e acréscimo de mais-valor relativo, o que resulta na superexploração da força de trabalho. A pandemia de covid-19 contribuiu para incrementar a centralização de capital, à medida que os capitais menores diminuíram sua participação na apropriação de mais-valor. Por outro lado, ampliou o lumpemproletariado, em decorrência do crescimento do desemprego. Essa situação levou à desvalorização da força de trabalho, expressa na redução do valor médio dos salários, situação registrada no Brasil pelas estatísticas econômicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao contrário do que acreditavam os ideólogos da “globalização”, no regime de acumulação integral, o Estado tem se tornado cada vez mais necessário para garantir as condições de reprodução ampliada do capital, efetivando a regularização neoliberal das relações de trabalho, por meio de reformas conservadoras (trabalhista, previdenciária etc.), particularmente no Brasil. A competição entre os capitais dos países imperialistas pela apropriação do mais-valor produzido pelos trabalhadores dos países subordinados está se intensificando, tendo na China e nos Estados Unidos, secundados pela União Europeia, seus principais competidores, utilizando as estratégias do neoimperialismo, sem prescindir das intervenções armadas, com a justificativa missionária da salvação da “democracia”, da “liberdade” ou da “segurança”. Vide a guerra pelo controle da Ucrânia.

Esta breve análise seria mais útil para a luta cultural revolucionária se apresentasse uma avaliação mais precisa do atual estágio da acumulação integral. Para tanto, seria necessário identificar o nível de declínio da taxa de lucro e da produtividade

do trabalho na contemporaneidade. Isto não foi possível neste momento. Para tentar amenizar essa lacuna, apresentamos a hipótese de que a crise de 2008, iniciada no mercado imobiliário norte-americano, e a redução das taxas de expansão da economia chinesa, a partir de então, podem ser indícios do esgotamento do regime de acumulação integral. A pandemia de covid-19 pode estar contribuindo para acelerar essa tendência. Quem sabe, pode ser uma pequena contribuição da natureza, por meio de um vírus (o *coronavírus*), para abreviar a superação da exploração capitalista. Que a luta de classes avance em favor do proletariado e demais classes subordinadas! Ficam essas indicações para posteriores discussões.

Referências

BBC. **Como o RCEP, o maior tratado de livre-comércio do mundo, afeta o Brasil e a América Latina.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54971949>

G1. **Ásia forma maior bloco comercial do mundo, um grupo apoiado pela China e que exclui EUA.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/11/16/asia-forma-maior-bloco-comercial-do-mundo-um-grupo-apoiado-pela-china-e-que-exclui-eua.ghtml>

G1. **EUA e 11 países chegam a acordo histórico sobre comércio no Pacífico.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/10/negociacoes-sobre-livre-comercio-no-pacifico-alcancam-acordo-historico-20151005105508656188.html>

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** Livro 1; vol. 2. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista.** Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MURPHY, Andrea; CONTRERAS, Isabel. **Forbes Global 2000: veja quais são as maiores empresas do mundo em 2022.** Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2022/05/forbes-global-2000-veja-quais-sao-as-maiores-empresas-do-mundo-em-2022/> Acessado em: 07/06/2022.

OXFAM. **Relatório – A desigualdade mata: a incomparável ação necessária para combater a desigualdade sem precedentes decorrente da Covid-19.** Oxfam Internacional, janeiro de 2022. Disponível em: <https://materiais.oxfam.org.br/relatorio-a-desigualdade-mata>. Acessado em: 07/06/2022.

VIANA, N. **A teoria das classes sociais em Karl Marx.** São Paulo: Chiado, 2017.

VIANA, N. **O capitalismo na era da acumulação integral.** Aparecida, SP: Santuário, 2009.

SALÁRIOS EM BAIXA, CAPITAL EM ALTA. ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Diego Marques P. Dos Anjos

A história do Brasil é atravessada por dois diferentes tipos de luta entre as classes sociais: escravos contra senhores de escravos, proletários contra burgueses! O Brasil tem a experiência do escravismo colonial e da desfortuna do capitalismo. Por cerca de 300 anos, negros e índios escravizados lutaram contra a naturalização das relações de produção escravistas, que pareciam não ter um momento para acabar. E por causa dos últimos cem anos, movimento que ganha força desde o começo do século XX, os pobres de crítica intelectual têm a plena convicção da eternidade do capitalismo e, por consequência, a sua qualidade de ser natural.

O modo de produção capitalista no Brasil desenvolveu-se acolhendo as heranças do modo de produção escravista colonial naquilo que lhes era possível adaptar e incorporar à acumulação de capital. Ao contrário do que alguns pensaram, no começo do século XX, o capitalismo não ficaria restrito aos países da Europa e EUA, somente exportando mercadorias para o restante do globo. A tendência expansionista da acumulação de capital converteu as mais diferentes partes do mundo em espaços de acumulação e valorização capitalista. Daí que o “capitalismo puro” dos países centrais e imperialistas não se encontra nos países de capitalismo subordinado, que revelam pequenas diferenças e matizes em sua história de subordinação.

Riquezas territoriais, gigantescas quantidades de bens naturais e uma ampla massa de força de trabalho são características do Brasil e de vários países nas Américas, na África e na Ásia que foram subordinados à escravidão colonial e à proletarianização capitalista. Atualmente, nesses países, senhores de gigantescas extensões territoriais opõem-se aos trabalhadores proletários ou subordinados que vivem espremidos em cubículos nas favelas dos centros urbanos.

Com a consciência histórica da luta de classes sob dois modos de produção distintos, é possível situarmos a atual ofensiva da classe capitalista contra os proletários e demais classes e grupos subordinados do Brasil. A exploração integral é o resultado

direto da acumulação integral de capital, fase atual sob a qual ocorre a luta de classes entre proletários e burgueses.

A intensificação da exploração da força de trabalho agudiza o quadro de miséria gerada pela alta concentração da propriedade da terra e das riquezas naturais nela contidas; a desvalorização da força de trabalho reforça o quadro de desumanização ao se negar comida no país que está entre os maiores produtores de alimentos do mundo; a precarização dos postos de trabalho disponíveis amplia a distância entre a parcela dos brasileiros que não se preocupam com o que vão comer (a não ser a preocupação pela comida de paladar mais agradável) e aqueles que ficam longas horas do dia à espera de sua pobre refeição.

O gigante Brasil é controlado por alguns setores do capital que têm aqui fonte de recursos que alçam a economia nacional às primeiras posições do mercado mundial. As frações do capital que mais se valorizam com o gigante Brasil são o capital agrícola, o capital comercial, o capital transportador, o capital industrial e o capital empregado no chamado setor de serviços.

O capital industrial nacional vai de roupas a eletrodomésticos mais simples, englobando a construção civil; já o capital industrial internacional domina as mercadorias mais tecnológicas (carros, computadores, celulares) e todos os demais espaços que o capital nacional tem dificuldade de atuação, incluindo aí toda a sorte de trecos usados no cotidiano, principalmente com mercadorias de origem chinesa. Puxados pela agricultura e pecuária capitalistas, o ramo alimentar do capital nacional mantém constante produção, ainda que cada vez mais incorporado ao capital internacional via atuação das grandes produtoras e monopolizadoras de insumos, fertilizantes, maquinários, meios de circulação e mecanismos de financiamento e investimento de capital financeiro.

A produção capitalista agropecuária vem crescendo a passos largos, recuperando espaço na economia nacional, ao mesmo tempo em que a produção industrial estagna ou recua, a depender do setor industrial ou região do país. Caminha-se para a consolidação de um complexo agropecuário industrial, cuja maior exemplificação está na multiplicação dos Distritos Agroindustriais em várias regiões do interior do Brasil, com

ramos da indústria se desenvolvendo em torno da cadeia produtiva e distributiva dos produtos agropecuários.

A produção agropecuária capitalista traz para sua órbita a expansão de setores industriais que viabilizam a própria produção agropecuária, tais como as indústrias da mecanização, quimificação, produção de sementes modificadas, e outras produtoras de insumos, equipamentos e maquinários. No complexo agropecuário industrial em expansão, a história da valorização de capital se repete, tal como em todo ramo da produção industrial capitalista: aqui, trata-se da gigantesca concentração e centralização de capital que temos visto na agricultura capitalista no Brasil. E, criando uma sociedade ainda mais conflituosa, tal processo de valorização de capital é acompanhado pela constante diminuição de força de trabalho na produção agropecuária capitalista.

Inúmeras pesquisas confirmam o que é visível a olho nu: a riqueza e a miséria na produção agropecuária caminham juntas, e esse quadro se expande para além das fronteiras do “campo”, e impacta o conjunto da economia brasileira.

De acordo com os autores, no Brasil, o aumento do uso de insumos vem ocorrendo primeiramente em virtude do aumento do uso de capital sob a forma de máquinas automotrizes, bem como em razão do uso crescente de fertilizantes. A utilização de mão-de-obra tem apresentado tendência decrescente ao longo do período analisado. O índice estimado da quantidade de mão-de-obra passou de 100, em 1975, para 98 em 2005. Já o índice de quantidade de terra, esse passou de 100 para 143; e o índice da quantidade de capital passou de 100 para 171. Isso mostra uma tendência crescente do uso de capital e de terra na agricultura nos últimos anos¹.

Ou,

Entre 2000 e 2020, mostra o estudo que será divulgado nesta quinta-feira pelo Ipea, a taxa média de crescimento do produto na agricultura brasileira atingiu 3,76% ao ano, enquanto o avanço dos insumos foi de 0,56% ao ano. No caso dos insumos, houve aumentos médios de 0,18% em terra e de 1,22% em capital, mas recuo de 0,84% ao ano no fator trabalho².

Esse é o setor mais dinâmico da economia nacional. Concentrador de trabalho morto (insumos, máquinas, instrumentos etc.), a produção agropecuária mortifica todo um país (com seu povo e sua natureza) para atingir seus interesses de enriquecimento.

¹ In <https://comovaiobrasil.pressbooks.com/chapter/modernizacao-e-productividade-do-agronegocio-no-brasil/>

² In <https://www.sna.agr.br/brasil-lidera-avanco-da-productividade-agricola/>

A agropecuária capitalista arrasta para si os demais setores do capitalismo nacional que podem ser complementares em seu ciclo produtivo. Mas não somente os setores do capital são diretamente impactados pela agropecuária capitalista, os trabalhadores, sem mecanismos de proteção, ficam à mercê da economia voltada para o comércio exterior, e arcam com as consequências das políticas cambiais do estado neoliberal que valorizam a moeda estrangeira para reforçar os ganhos do setor agroexportador:

O forte crescimento do PIB do segmento primário agrícola decorreu especialmente do alto patamar real dos preços, tendo em vista as expressivas quebras de produção para importantes culturas, devido ao clima desfavorável. Ressalta-se que o avanço da renda nesse segmento não foi ainda maior por conta do também expressivo incremento dos custos de produção – o que pode ser verificado no avanço do PIB dos insumos agrícolas. Esse crescimento refletiu, em grande medida, a alta importante dos preços de fertilizantes e de máquinas agrícolas (mas o aumento da produção nacional de fertilizantes, defensivos e máquinas agrícolas também impulsionou os resultados)³.

Os preços altos dos alimentos interessam aos que conseguem acumular capital o suficiente para entrar nesse restrito setor produtivo, tendo em vista que para compensar os gastos com maquinário, insumos, terra e exportar se faz necessário mecanismos secundários (tal como a política cambial) para elevar os preços e a lucratividade da produção.

A retomada da agropecuária não sem coincidência ocorre com a transformação neoliberal do estado brasileiro, adequando-se à hegemonia neoliberal no plano internacional, sendo essa hegemonia fruto do surgimento do regime de acumulação integral. A “reprimarização” da economia brasileira sob o neoliberalismo coloca em prática o que os primeiros ideólogos defensores do liberalismo já propunham: a especialização produtiva das nações, tal como sintetizada na visão de David Ricardo:

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e

³ In <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-pib-do-agro-cresce-8-36-em-2021-participacao-no-pib-brasileiro-chega-a-27-4.aspx#:~:text=Diante%20do%20bom%20desempenho%20do,52%2C63%25%2C%20respectivamente>

mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. Este é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra (SMITH, p. 97).

O que, na perspectiva da economia burguesa, é chamado de “sistema comercial perfeitamente livre” é, para a crítica marxista e comunista, a formação de um regime de associação subordinada da burguesia dos países de capitalismo periférico à burguesia dos países de capitalismo central, ou capitalistas imperialistas. As chaves da história do capitalismo subordinado estão na troca desigual e na superexploração do trabalho, sendo a primeira a relação de troca desigual que ocorre no mercado internacional entre os produtos produzidos pela burguesia nacional e a burguesia internacional, e a segunda, a superexploração interna do proletariado brasileiro para compensar as perdas que a burguesia nacional tem no plano internacional.

O que David Ricardo e os ideólogos burgueses veem como dedicação ao trabalho, recompensa pela engenhosidade, uso eficaz da natureza é, na realidade, superexploração do trabalho, inventividade para extrair riquezas e destruição ambiental desenfreada.

O Brasil da era do capitalismo de acumulação integral é reenquadrado na divisão internacional do trabalho, o que gera efeitos nas frações do capital que aqui estão instaladas. Parte do capital internacional industrial aqui instalado migrou para outras regiões do planeta (México e Ásia, principalmente). O setor industrial que permaneceu mais ativo foi o de origem nacional, com os subsegmentos voltados para a construção civil, ou para o consumo doméstico como destaque.

Cabe destacar outras frações do capital no Brasil que têm destaque, autonomia e podem rivalizar com o capital agropecuário. Entretanto, convivem em harmonia, muitas das vezes, movem-se pelos gastos e consumos necessários para a produção agropecuária.

O capital financeiro tem longa tradição de atividades no capitalismo brasileiro, pode-se dizer que esteve ativamente presente desde as primeiras épocas do capitalismo no Brasil, sendo conhecida na historiografia a participação dos banqueiros no financiamento da produção já na época da produção do café ou avançando sua

participação nas primeiras iniciativas de grande indústria na virada do século XIX para o século XX. Através do financiamento da produção, e mais atualmente em bancas de investimento e negociação de ações, o capital financeiro vincula-se aos interesses da produção agropecuária. Em outros setores da economia o capital financeiro também tem forte participação, tal como na construção civil, no financiamento da indústria, na venda de móveis e automóveis, em fundos de investimento e de pensões. A intensa atividade do capital financeiro no Brasil está relacionada à grande massa de mais-valor que está em circulação na economia brasileira, um indicador da grandeza em termos econômicos que esse país tem. Nos últimos anos, o capital financeiro consolidou grandes ganhos em lucratividade, ao contrário de outros setores da economia nacional, que retrocederam.

O capital dos transportes tem um amplo campo de atuação no Brasil, tanto devido à dimensão continental do território, como o foco da economia na exportação, a riqueza e a diversidade da economia nacional, e seus 220 milhões de consumidores. Movido pelas frações do capital agropecuário, industrial, serviços, o capital transportador tem amplas possibilidades de crescimento, o que é em grande parte válido para o capital comercial.

O chamado setor de serviços, que engloba a realização de uma vasta gama de atividades que são trocadas por dinheiro (da saúde à educação, advocacia, gestão, segurança, limpeza, informática, jogos, lazer, etc.), não produz mercadorias e por isso sua renda advém da massa de lucro em circulação na sociedade.

O capital comunicacional (que tem no seu interior várias subdivisões, tal como os jornais, redes sociais, sites, produtoras de música e arte, etc.) está em reformatação, devido ao avanço da tecnologia informática, e com ampliação de lucratividade no Brasil, que tem uma gigantesca massa de consumidores, o que indica o papel dos oligopólios de comunicação (Grupo Globo, UOL etc.) nas grandes decisões nacionais.

As frações do capital que têm maior destaque na economia brasileira atravessa um momento de hegemonia do capital agropecuário, o que é reforçado pelo movimento do capital financeiro (que mantém financeiramente a produção agropecuária), e se expressa no papel secundário do capital industrial nacional ao mesmo tempo em que as mercadorias do capital internacional (sobretudo, Chinês) avançam no mercado interno.

Na atual divisão dos ganhos entre as frações do capital, existe harmonia de interesses entre o capital financeiro, o capital agropecuário, o capital transportador e os setores do capital que sobrevivem dos serviços prestados. O capital nacional aceita a posição subordinada, quer seja os industriais, quer seja os comerciantes.

A 10ª posição na lista das maiores economias mundiais frustra todo aquele que observa e reflete sobre a realidade brasileira. Mesmo nos países de capitalismo imperialista o fosso entre a burguesia e a classe trabalhadora é enorme, mas quando voltado os olhos para o Brasil, considerando seu status de potência econômica mundial, são escandalosas as condições de vida do trabalhador brasileiro, recebendo como remuneração pelo seu trabalho uma pequena fração do que recebe o trabalhador nos países imperialistas. Para complicar, os baixos salários são uma questão histórica, num país de origem escravista. Porém, nos últimos anos o que se viu foi a luta das várias frações do capital com o objetivo de tomar decisões políticas a nível nacional para desvalorizar ainda mais a retribuição pelo trabalho.

A mais antiga via de luta dos capitalistas contra o valor do salário é através da eterna reforma das leis trabalhistas, processo que vem ocorrendo desde final da década de 1970, é ampliado nos anos de 1980, se intensifica nos anos 1990 e, agora, nos anos 2020 tenta-se fazer as últimas mudanças, retirando os últimos direitos e mantendo a mesma falácia de sempre: “nenhum direito fundamental vai ser retirado”. Ora, depois de décadas de reforma trabalhista, nos parece agora que o único direito fundamental que resta é o direito a viver, que na verdade se torna o direito à possibilidade, mas não certeza, de encontrar um trabalho remunerado.

Não é de estranhar que o acompanhante da eterna revisão das leis trabalhistas seja o endurecimento das leis penais, do policiamento ostensivo e do encarceramento em massa. A ausência de emprego em massa empurra milhares de jovens todos os anos para a criminalidade, o que acabou por gerar novos monopólios de um dos comércios mais lucrativos na era do capitalismo da acumulação integral: o narcotráfico.

Outro mecanismo para empurrar o preço do trabalho para baixo é o elevado nível de desemprego. Os dados disponibilizados pelo IBGE devem ser cuidadosamente analisados, pois a contabilização de trabalhadores informais, autônomos, MEI, *freelancer* e outros vínculos de trabalho com restrição de direitos trabalhistas ocultam a crescente

marginalização de parcelas da população de uma posição estável no mercado de trabalho.

Se a redução dos postos de emprego barateia o valor do salário, e influi diretamente nas condições de vida da população, a elevação da inflação torna a vida do trabalhador ainda mais dramática, reduzindo constantemente as quantias mínimas para a subsistência da classe trabalhadora e dos demais grupos explorados. A inflação também contribui para diminuir o valor do salário e transferir maior quantidade de dinheiro para o capital, cobrando mais pela mesma quantidade de produto vendido e diminuindo o poder de compra do salário.

A hegemonia do capital agropecuário e a diminuição do valor do salário são fenômenos apoiados pelo Estado Neoliberal, que objetiva garantir as condições ideais para a acumulação capitalista, reproduzindo internamente as necessidades e ordens emanadas do capitalismo imperialista internacional. As mudanças introduzidas pelo Estado Neoliberal afetaram diversas áreas, reordenando os gastos públicos, realizando cortes e priorizando determinados interesses.

No novo ordenamento de interesses, o Estado Neoliberal efetuou diversas medidas que prejudicaram os interesses dos trabalhadores e privilegiaram os interesses da burguesia. A título de exemplo, citamos a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada no começo dos anos 2000, aperfeiçoando as medidas de austeridade social e monetaristas adotadas nos anos anteriores, e a legislação ambiental emanada desde a década de 1980, que garantiu as condições jurídicas para a destruição ambiental.

Em que pese toda a discussão realizada nas últimas décadas sobre a redução dos gastos do Estado, o que se verifica é que a cada ano o orçamento e os gastos públicos são maiores, intervindo o Estado nas mais diversas atividades da vida social. O que se verifica é o redirecionamento dos gastos do Estado, transferindo dos gastos sociais dinheiro para o financiamento das necessidades de acumulação capitalista, em outras palavras, o Estado gasta para possibilitar o investimento e lucratividade privados.

Parte do gasto público foi redirecionado para a expansão das atividades econômicas em novas áreas, como no Centro-Oeste, Norte, e em novos setores, como agricultura, pecuária, que foram os que mais contribuíram para a destruição ambiental

do Brasil nas últimas décadas. Ao mesmo tempo que o Estado vinha incentivando a colonização de novas regiões do Brasil, uma série de medidas jurídicas foram adotadas para “regular” o desmatamento, evitar a destruição, “proteger o futuro”, mas o que verificamos é que, desde a sua origem, a legislação ambiental vem sendo salvaguarda para a continuidade da destruição do meio ambiente e de forma alguma é um “obstáculo para o desenvolvimento”, como discursam os defensores do ruralismo. A legislação ambiental cria os critérios para o quanto o meio ambiente pode ser destruído, legitimando, assim, a ação de todo tipo de aventureiro em busca de riqueza do território brasileiro.

Sob as atuais condições, o crescimento econômico nacional reforça o aprofundamento e generalização da miséria para o conjunto dos trabalhadores e outros grupos explorados. A crescente riqueza extraída dos elementos naturais e da massa populacional do Brasil está perto de chegar ao seu limite, gerando a situação de terra arrasada, espelhando um futuro cinza. No entanto, isto pode ser evitado se brotar, da ação revolucionária dos trabalhadores, a negação do futuro obscuro que está por vir.

BRASIL: ELEIÇÕES OU GOLPE, DEMOCRACIA OU DITADURA?

Lucas Maia¹

Novamente o fantasma do golpe de Estado, como um espectro obscuro, saiu do esgoto e caminha a céu aberto pelas ruas do Brasil. A democracia, tão jovem, desde 1988 parece ter envelhecido séculos. Tal encruzilhada novamente se coloca à política institucional brasileira.

É comum ouvir daqueles que gritam que nas eleições de outubro de 2022, caso Jair Bolsonaro perca, haverá golpe, a mesma afirmação de que o impedimento de Dilma Rousseff foi também um golpe de Estado. É bom lembrar que na expulsão do PT pelas portas do fundo da política brasileira não houve qualquer rompimento institucional. Houve manobras institucionais, conchavos, acordos, uso das instituições para estes fins etc. Passado o impedimento, os ratos voltaram aos seus postos e aprovaram rapidamente as exigências que o capital demandava: reforma trabalhista, da previdência etc. Reformas estas que o PT estava enrolando para encaminhar.

Agora, os defensores da tese de que houve golpe em 2016 retomam o mesmo discurso, afirmando que caso o resultado não seja favorável ao atual presidente, haverá ruptura institucional: fechar o congresso e o STF, colocar tanques nas ruas, baixar atos institucionais etc., ou seja, um golpe de verdade. A questão é: a quem isto pode interessar?

Com certeza a alguns setores da população, que estão em polvorosa com tal possibilidade. Isto pode ser verificado nas várias manifestações de apoio a Bolsonaro. Esta gente apoia um golpe de Estado, com interferência do exército na política institucional brasileira. Eles não são, contudo, o decisivo, são massa de manobra, tal como foram nas manifestações de 2014, 2015 e 2016, que culminaram no impedimento de Dilma Rousseff.

Há também setores das forças armadas que entrariam de bom grado num tal projeto e nos últimos dois anos não é incomum declarações de apoio a uma tal ação.

¹ Militante do Movimento Autogestionário. Professor do Instituto Federal de Goiás – IFG. Email: maiaslucas@gmail.com

Além do mais, é bom frisar que os militares estão saindo da caserna e ocupando em grande quantidade cargos (em vários escalões) no governo Bolsonaro. Isto, como é sabido, não é novidade. As Forças Armadas sempre estiveram presentes. Houve, contudo, um aumento quantitativo considerável nos últimos dois anos. Esta gente também seria uma importante base de apoio para um possível golpe de Estado.

Bolsonaro seduz (com cargos, aumento de salários, declarações públicas de puxa-saque etc.) parte dos militares para esta empreita, mas, apesar disto, não se pode afirmar que haja um apoio irrestrito ao seu nome. Basta lembrar, de passagem, a saída dos comandantes das três Forças Armadas em 30 de março de 2021 que, de alguma forma, demonstrou um não alinhamento de parte do alto generalato com a influência da política no governo no clima dos quartéis.

Há também as polícias militares estaduais (e outras corporações da área de segurança) que se alinham ao governo. Contudo, historicamente, ainda não se verificou qualquer atuação de importância capital de tais instituições nos rumos da política institucional no país, sobretudo no que toca à esfera federal. São as forças armadas (exército, marinha e aeronáutica) o elemento decisivo. Elas que encabeçaram ou apoiaram movimentos políticos de envergadura, reorientando a vida política do país. Além do mais, as polícias militares são subordinadas aos governadores dos estados. Uma insubordinação delas teria que começar contra tais governadores, o que torna sua ação na esfera federal ainda mais difícil.

A classe capitalista tem interesse numa ruptura institucional verdadeira? Não estamos nos referindo aqui às manobras e trambiques que culminaram na retirada do PT do Planalto. Para o capital transnacional parece não haver nenhum indício disto. Também, setores poderosos da economia não teriam nada a ganhar, como o agronegócio, capital bancário, capital industrial etc. Apesar de alguns capitalistas (midiáticos) demonstrarem grande reverência ao atual presidente, como o velho vestido de verde que é dono de loja cujo símbolo é a estátua da Liberdade e mais um ou outro excêntrico, não se mostrou ainda claramente que importantes e poderosos setores do capital tenham acenado para qualquer ruptura neste sentido: associações patronais (FIESP etc.), capital comunicacional (grandes empresas de comunicação). Também,

geopoliticamente (que abarca comércio e finanças exteriores), parecem não acenar para isto.

Há o desejo de Bolsonaro em montar num cavalo e dar um golpe de Estado para se manter no poder? Há, disto não resta dúvida (“mas querer não é poder”, já diz o dito popular). Há pessoas (mais ou menos iludidas) no conjunto da população que alimentam a fé no exército brasileiro como o instrumento pacificador por excelência, que defendem golpe de Estado? Há sim, mas estas pouco podem fazer mudar o rumo da roda da história das lutas institucionais, a não ser em momentos como das manifestações de 2014 em diante que culminaram no impedimento de Dilma Rousseff. Há setores das forças de segurança (dentro e fora das Forças Armadas) com tal intento? Sim. Eles estão aí, contudo, como já dito, a coisa não é unânime, além de muitos serem da reserva, enquanto na ativa, as declarações públicas não são tão vigorosas como se pode pensar.

Para o grande capital tanto faz democracia ou ditadura, sua preferência é o lucro, independente da forma de regime político. Naturalmente que na democracia (política) é mais fácil justificar seu despotismo (econômico e social). Uma ruptura institucional no Brasil, tendo em vista a importância econômica deste no cenário mundial, não traria nenhuma vantagem no curto e médio prazos, tendo em vista que as reformas que ele demandava já foram realizadas dentro do regime democrático.

Além disto, há os setores democráticos dentro da sociedade brasileira, que farão também oposição, mesmo que só institucionalmente, com pouca capacidade de ir além disto. Os partidos políticos, várias organizações da sociedade civil (mais ou menos poderosas), universidades, as instituições democráticas do Estado (parte do aparato judiciário, aparato eleitoral etc.), alguns movimentos sociais, possibilidade de ascensão de algum movimento grevista, que pode ser mais ou menos extenso e significativo etc.

Um golpe de Estado não é, como disse um dos filhos do presidente certo tempo atrás, que bastava um carro, alguns soldados para fechar o STF. A coisa é bem mais complexa e implica numa ação articulada em escala nacional, de fechamento das assembleias legislativas, ministérios públicos estaduais (e subjugação das demais estruturas do judiciário), deposição de governadores, prefeitos das principais cidades do país, prisão e restrição dos militares de alta patente contrários ao golpe, aliciamento de toda a baixa patente etc. Um *putsch* que envolvesse somente uma escaramuça em

Brasília tenderia facilmente ao ridículo. Um golpe de Estado demanda um projeto alternativo, financiamento, mobilização das forças armadas (do alto e do baixo escalão), uma ação executada de modo concertado nacionalmente. Enfim, algo que até onde as informações nos são apresentadas ainda não se verificou concretamente.

Bolsonaro quer golpe. Sempre quis e disse isto em alto e bom som todas as vezes que mostrou seus dentes amarelos nos meios de comunicação. Tenta articular setores da sociedade para isto, tal como os indicados antes. Ele tensiona a todo o momento, usando as prerrogativas do cargo que ocupa, para que as disputas políticas no interior do Estado brasileiro se encaminhem para isto. Se ele fosse um político mais astuto e ambicioso, já teria conseguido montar seu partido político, alinhado atrás de si uma fileira importante de nomes, instituições, classes sociais em favor de seu projeto. Melhor, já teria apresentado um tal projeto, pois isto lhe falta em grande medida. Um golpe de Estado implica num projeto (mesmo que seja só esboçado) de sobrepujar o já existente. Nada disto está desenhado até o momento. A falência na criação do Aliança Brasil demonstra a pequenez do homem que quer romper com as instituições do Estado brasileiro.

2022, o Brasil se encaminha para mais um processo eleitoral. Desde a redemocratização em 1988, esta é a primeira eleição na qual o discurso do golpe está batendo às portas de modo tão descarado. Entretanto, o pretense *putschista* está em campanha eleitoral desde o ano de 2021, fazendo motociatas, *lives* na internet e discursos inflamados em manifestações de rua em apoio ao seu governo. A corrida eleitoral já está em curso há algum tempo. Seu adversário (Lula) foi liberado pelo judiciário e agora pode concorrer às eleições. Esta será a grande disputa política no ano de 2022: Lula X Bolsonaro e não Democracia X Ditadura.

Pode parecer que estamos meramente fazendo adivinhação aqui. Contudo, há um pouco mais. Tentamos apresentar as tendências que se alinham no futuro próximo até o período eleitoral. Estas tendências encaminham o Brasil para um processo eleitoral cheio de turbulências, mas não de rupturas. Cheio de escaramuças, mas não golpes de Estado.

O que a polarização político-partidária-eleitoral produziu no Brasil foi o escanteamento das lutas populares da cena política. Houve, nas décadas de 2000 e 2010,

uma ascensão do que chamamos, em uma obra anterior (MAIA, 2016)², de reemergência das lutas autônomas no Brasil. Estas se espalharam pelos setores mais combativos da juventude, algumas categorias profissionais, produziu inúmeros momentos de debate e luta política para além da pauta eleitoral e partidária (basta lembrar o rechaço que os políticos, os partidos, o capital comunicacional, as eleições etc. receberam em 2013). Ao contrário do que desejávamos (e a luta política emancipatória não se faz somente com desejo, apesar deste ser fundamental), após as manifestações que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho de 2013, com alguns desdobramentos nas ocupações de escola e universidades até 2016, as lutas populares refluíram. A chamada polarização política revigorou os partidos políticos, as disputas partidárias, as eleições, enfim, a democracia.

O que está sob verdadeira ameaça e sob verdadeiro ataque não é a democracia, mas sim os interesses de classe do conjunto das classes inferiores (proletariado, lumpemproletariado, camponeses, trabalhadores dos serviços, comércio, trabalhadores domésticos etc.). Estas classes é que estão sendo seviciadas pelo capital, pelo Estado. Os partidos políticos foram revigorados, pois passaram a ser, novamente, o único aparente meio de ação política e as eleições o único meio de solução dos problemas da sociedade brasileira, notadamente as questões relativas às classes inferiores.

O bloco dominante (os setores mais conscientes e organizados da classe capitalista) mantém seu domínio, agora ainda mais absoluto sobre o conjunto da sociedade. O bloco progressista (partidos de esquerda, sindicatos, intelectuais de esquerda etc., setores dos movimentos sociais) foi também revigorado, bastando para tanto ver o significado da possível eleição de Lula e a revitalização que isto significou para tais organizações políticas.

O bloco revolucionário mantém sua extrema fragilidade. As organizações que são expressão política e intelectual do proletariado não conseguem se colocar numa postura de crítica radical de toda a avalanche de ideologias, discursos que provém em grande medida do bloco progressista. Parcelas do bloco revolucionário capitulam diante do que está colocado e não conseguem sair da mera oposição Democracia X Ditadura ou Lula X

² MAIA, Lucas. *Nem partidos, nem sindicatos: a reemergência das lutas autônomas no Brasil*. Goiânia: Edições Redelp, 2016.

Bolsonaro. Alguns até embarcam na defesa escancarada de Lula, colocando este como o menos ruim, o mal menor em relação a Bolsonaro. Ou seja, a pauta eleitoral submeteu até importantes setores do bloco revolucionário (sobretudo alguns elementos anarquistas e autonomistas).

Assim, apesar de toda a conjuntura devastadora para a classe operária (e demais classes inferiores), é necessário manter a postura de crítica radical e desapiedada da sociedade burguesa, não capitular diante das eleições, defender os interesses de classe do proletariado como classe autodeterminada, apontar a necessidade de auto-organização do proletariado e demais classes inferiores, dos setores combativos da juventude etc. A verdadeira força só poderá provir daí. Se a construção das lutas autônomas durante as décadas de 2000 e 2010 no Brasil perderam em vigor, não quer dizer, em hipótese alguma, que a tendência, a possibilidade de uma nova ascensão esteja perdida para sempre. Assim, apesar do isolamento e fraqueza de algumas parcelas do bloco revolucionário, não há outra possibilidade de agir e mobilizar no atual contexto. E a máxima de antes continua hoje ainda como verdadeira: autogestão social ou barbárie.

A barbárie, saindo dos esgotos, está se espalhando com violência e velocidade. E para isto, nem está precisando recorrer aos clássicos mecanismos de golpes de Estado (embora estes sempre estão à espreita). Agora, mesmo dentro das democracias, ela se acomoda e se espalha com relativa facilidade. A autogestão é sempre uma aposta. É a aposta da classe operária. Ou se joga todas as fichas nela ou o jogo já estará perdido. A única tarefa atual do bloco revolucionário (organizações e coletivos autogestionários, anarquistas e autonomistas, intelectuais engajados, trabalhadores militantes, setores revolucionários dos movimentos sociais etc.) é ser intransigente em tal defesa, ou seja, nenhum passo atrás. Ou o bloco revolucionário mantém uma postura resoluta diante do que está colocado ao proletariado e demais classes inferiores, ou perderá completamente a possibilidade de desempenhar qualquer papel histórico significativo no atual contexto.

Adendo 1

Um mês após este texto ter sido escrito (mas ainda não publicado), veio a público um documento assinado pelo Instituto General Vilas Boas, SAGRES – Política e Gestão

Estratégica Aplicadas e Instituto Federalista. O texto é uma viagem destas instituições até o ano 2035. O documento, com o singelo título: *Projeto de Nação – o Brasil em 2035*³, pretende-se um planejamento estratégico, que anunciaria um país melhor: liberal, conservador, cívico, patriota, democrático, com uma educação desideologizada, que combate o globalismo (dominação de uma elite financeira mundial), que investe em ciência e tecnologia, bioeconomia, infraestrutura, energia, indústria, etc. etc. etc.

Quando vi o documento, pensei que meu texto havia caducado, pois estava ali o projeto de um Brasil após o golpe. Quando me pus a lê-lo, analisar o contexto, entender sua lógica de produção, as instituições envolvidas etc., tive a completa certeza que meu texto ainda estava vivo e que o Brasil em 2035 não é um projeto de golpe, embora possa soar assim ao bloco progressista.

Não pretendo neste breve adendo realizar um escrutínio do *Projeto de Nação*. Em outra oportunidade, talvez faça isto. O que me interessa aqui é tão somente chamar atenção para os seguintes aspectos: a) analiticamente é uma baboseira, pois faz uso de “teorias” conspiratórias (globalismo), não discute e nem entende os problemas econômicos, sociais e políticos do Brasil. É unicamente uma sistematização do jargão conservantista que anda pelas ruas de nosso país atualmente: menos impostos, menos estado, contra a corrupção, escola sem partido, elite globalista financeira mundial, privatizações, desestatização, desburocratização etc.; b) prospectivamente é de uma ingenuidade escolar, pois não discute minimamente o conjunto de interesses e conflitos de grupos, classes sociais, instituições em pauta. Unicamente afirma que com base numa implementação (sabe-se lá como) de um modelo conservador (nos costumes) e liberal (na economia), o Brasil seria em 2035 um país muito, muito melhor.

Durante todo o documento, defende a democracia, alternância de poder etc. Este Brasil liberal e conservador de 2035 seria o resultado de vários governos. Mas o que está no papel é que nele se escreveu. Não podemos ter a ingenuidade de que os militares, uma vez sentados na cadeira do executivo, realmente farão isto que escreveram agora. Isto é uma obviedade. Contudo, o que chama a atenção em todo o texto, e a única coisa

³ O documento pode acessado no seguinte link: <https://sagres.org.br/artigos/ebooks/PROJETO%20DE%20NA%C3%87%C3%83O%20-%20Vers%C3%A3o%20Digital%2019Mai2022.pdf>

que vale a pena observar naquele conjunto de lugares comuns conservantista, é a bajulação que estas instituições realizam da burguesia.

O *Projeto de Nação* é somente isto: uma bajulação, puxa-saquice mais abjeta da classe capitalista. O que estes militares (e civis-milicos) estão dizendo é nada mais que isto: “estão vendo burgueses, se nós tomarmos o poder, só melhoraremos a situação pra vocês”. O *Projeto de Nação* nada mais é do que o Brasil de 2022 piorado do ponto de vista neoliberal. O futuro ali previsto tem, na verdade, um horrível fedor de passado. É um aceno dos militares para a classe dominante, é um pedido de autorização para uma empreitada política de tomada do poder.

A classe capitalista quer isto?

Adendo 2

Isto nos leva ao adendo dois e neste serei mais breve ainda. No dia 20 de julho, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, envia um documento aos presidentes intitulado *Em Defesa da Democracia e da Justiça*, no qual reitera a independência dos três poderes, democracia etc. No dia 27 de julho, a Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, declara apoio ao manifesto da FIESP. Os meios oligopolistas de comunicação (grandes empresas de comunicação) estão em polvorosa diante de qualquer atentado à democracia, o governo norte-americano já demonstrou preocupação com os rumos das eleições no Brasil, o governo do Reino Unido já criticou as posturas do governo Bolsonaro diante das eleições, a União Europeia já manifestou descontentamento com o que está ocorrendo por aqui. Poderia alongar a lista. É desnecessário.

A burguesia (nacional e transnacional) não quer golpe. Não vai ter golpe. Não é necessário haver golpe de Estado no Brasil para garantir as altas taxas de lucratividade que a classe capitalista consegue obter aqui no Brasil. Para que golpe, se a democracia política é muito mais eficaz para garantir o horrível despotismo econômico e social?

Isto nos leva ao adendo três.

Adendo 3

Como já dissemos acima, o bloco progressista é um dos poucos que se beneficia com o discurso do possível golpe de estado. Todos os partidos de esquerda, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, instituições com grande presença de indivíduos vinculados direta ou indiretamente a este bloco (universidades, institutos federais, escolas etc.) se unem numa cruzada santa contra o “fascismo”, o “golpe de estado”, a “ditadura”. Sim, certamente temos que ser críticos de tudo isto. Contudo, estes processos, como demonstramos, não estão, como tendência real (e não meramente discursiva) na vez de acontecer. “É possível, mas não provável”, diz o dito popular.

Adendo 4

Reitero, portanto, ao Bloco Revolucionário: devemos contribuir, reforçar, estimular o processo de autonomização do proletariado e demais classes inferiores (lumpemproletários, camponeses, trabalhadores domésticos, do comércio, serviços etc.) e não alimentar ilusões, tal como a do salvador da pátria (Lula? Bolsonaro? Ciro? Tebet?... cansaço), muito menos de que as eleições irão promover grandes (mesmo pequenas) mudanças reais na vida das classes trabalhadoras.

O BLOCO REVOLUCIONÁRIO NO BRASIL: ENTRE A AMBIGUIDADE E A COERÊNCIA

Edmilson Marques

O Brasil é um país que mantém sua dinâmica fundamentada na luta de classes. Portanto, permanece submetido à divisão social do trabalho, dividido em classes sociais, e organizado de acordo com a luta entre a burguesia e o proletariado deste país. Isso quer dizer que o Brasil é um país que se mantém de pé em decorrência do modo de produção capitalista, ou seja, em decorrência do processo de exploração que a burguesia submete o proletariado nos locais de produção.

O desenvolvimento do capitalismo fez emergir novas classes, o que trouxe uma maior dificuldade de entender e perceber a dinâmica da luta de classes no Brasil e em todo o mundo. Daí a necessidade de abordar os blocos sociais, como meio de demonstrar que a luta de classes se complexificou, mas continua sendo o aspecto fundamental na sociedade contemporânea (VIANA, 2015). Esse é o pressuposto do qual partimos para tratar do bloco revolucionário¹ no Brasil.

É preciso esclarecer ainda que não abordaremos os blocos sociais² em sua totalidade, o que objetivamos aqui é tão somente fazer uma breve análise sobre a ambiguidade³ e a coerência⁴ do bloco revolucionário no Brasil. Para tratar desse assunto

¹ Por bloco revolucionário, entendemos aqui como “a expressão mais organizada e consciente do proletariado”. É composto por grupos, indivíduos, tendências, existentes na sociedade e que têm mais adeptos no interior da juventude, intelectualidade, proletariado e classes desprivilegiadas em geral” (VIANA, 2018, p. 148-149).

² Aqui não temos espaço para aprofundar a discussão sobre os blocos sociais e focaremos nossa atenção no bloco revolucionário. Além disso, não aprofundaremos em suas especificidades, já que o objetivo aqui é apresentar alguns poucos elementos que nos permitam ter uma visão panorâmica sobre o estado que se encontra o bloco revolucionário no Brasil. Para uma leitura mais aprofundada sobre os blocos sociais e sobre as especificidades do bloco revolucionário ver Viana (2015, 2019).

³ A ambiguidade aqui é entendida como a utilização que setores de um determinado bloco social faz de estratégias desenvolvidas por blocos sociais distintos. Por exemplo, o voto útil é uma estratégia do bloco reformista, mas a sua utilização por militantes, grupos etc. do bloco revolucionário torna-se ambígua, já que não se trata de um meio que possa contribuir com a finalidade da luta estabelecida por este bloco, qual seja, a autogestão social.

⁴ A coerência, ao contrário da ambiguidade, é quando as estratégias de um bloco social estão de acordo com os interesses de classe de sua base social. A organização burocrática, por exemplo, é coerente com as estratégias do bloco dominante e do bloco progressista, mas é incoerente com o bloco revolucionário. Já a autogestão é coerente com as estratégias do bloco revolucionário, mas incoerente com as dos blocos progressista e dominante.

é preciso observar que esse bloco não é homogêneo. É composto por indivíduos, grupos e classes sociais distintos e também por várias tendências políticas. Há, portanto, uma complexidade em tratar de suas especificidades, já que demandaria uma análise específica de sua base social, de cada grupo, setores e tendências políticas que o compõem. Como isso demandaria muito mais espaço, aqui vamos focar na análise da ambiguidade e coerência presentes em seu interior, considerando as suas duas alas: a proletária e a semiproletária.

A ambiguidade está presente em todos os blocos sociais. O bloco dominante e o bloco revolucionário conseguem manter uma coerência maior em decorrência de sua base social, a burguesia, do bloco dominante, e o proletariado, do bloco revolucionário. No entanto, a ambiguidade também é manifestada no bloco revolucionário, por isso é importante realizar esta discussão como forma de oferecer elementos para sua superação.

Uma das ambiguidades presente no bloco revolucionário no Brasil, está relacionada à posição da ala semiproletária diante de determinadas frações da burocracia, a exemplo do que acontece com a forma como concebem os sindicatos. A teoria revolucionária já demonstrou que os sindicatos se burocratizaram, deixaram de ser uma forma de organização da classe operária e tornaram-se uma organização dominada por uma burocracia, e presta um serviço para os capitalistas. Mas a ala semiproletária continua mantendo a posição de que são organizações importantes para a luta revolucionária, por isso ainda o defendem como forma de organização da classe operária.

Além desta ambiguidade há também a sua posição diante da ideologia da representação. Vejamos o exemplo do que vem ocorrendo em períodos eleitorais. Nas últimas eleições, e estamos percebendo o mesmo acontecer no contexto atual, vimos indivíduos e tendências do bloco revolucionário defenderem o que chamaram de voto útil⁵. Essa ideia do voto útil foi amplamente divulgada e atingiu setores e militantes do

⁵ Há também aqueles que defendem o voto tático, cujo objetivo não difere do que se defende com o voto útil. Em oposição, alguns intelectuais reforçaram a ideologia da representação com uma negação do voto útil defendendo o voto autêntico. Notamos como o bloco reformista pode atuar em duas frentes demonstrando ideias aparentemente opostas, mas que em sua essência é a mesma coisa. Para um exemplo desta concepção ver Naghirniac e Lopes (2018).

bloco revolucionário, que passaram a defender esta ideia. A questão é que o voto útil nada mais é do que uma nova forma de reprodução da ideologia da representação e legitimação da democracia burguesa. Esta ideia não possibilita perceber que, independente de quem vencer as eleições, o que virá pela frente é a legitimação da burocracia estatal, que vai continuar auxiliando a burguesia na regularização das relações sociais. Nesse sentido, tanto faz candidato A ou B, direita ou esquerda, ambos governarão para criar as condições para a acumulação ampliada do capital.

Outra questão que tem manifestado a ambiguidade de setores do bloco revolucionário no Brasil, vem sendo manifestada nos últimos meses em decorrência da polaridade entre frações da burocracia, burocracia governamental versus a estatutária (judiciário mais especificamente). A ambiguidade se refere à reprodução do discurso burguês de defesa da democracia para combater as tendências do bloco dominante que manifestam interesse de realizar um golpe de estado ou de instaurar um novo regime ditatorial no país.

Esta polarização vem sendo interpretada pelo bloco progressista de que um governo que confronta o judiciário manifesta a intenção de um golpe de estado, logo, é contra a democracia. Esta interpretação foi amplamente divulgada pelos meios oligopolistas de comunicação e vem influenciando setores do bloco revolucionário. O medo de um novo regime militar tem mobilizado muitos militantes a voltarem a sua atenção para a forma de atuação do governo, mas não em relação à burocracia em sua totalidade e seu papel no interior da luta de classes. Isto é, a visão da totalidade da sociedade vem sendo ofuscada e o foco nesta polarização colocada como ponto central da discussão.

Um militante do bloco revolucionário não deve cair nos encantos ilusórios do bloco progressista e nem mesmo do bloco dominante. A democracia é um regime político burguês, assim como o é o regime ditatorial⁶. Em ambos os regimes, a sociedade é submetida à luta de classes e mantém em suas bases a relação de exploração da burguesia sobre o proletariado nos locais de produção. Esta polarização entre setores da burocracia estatal terá como resultado a manutenção do modo de produção

⁶ Para uma leitura sobre esta questão ver Viana (2015).

capitalista. Aqui, a ambiguidade se apresenta no interior do bloco revolucionário quando representantes deste bloco aderem a esse discurso e passam a fazer a crítica da forma de atuação do governo, deixando transparecer, ao mesmo tempo, a defesa do judiciário ou que seria melhor outro governo ou até mesmo a manutenção da democracia. Com isso, cria-se uma dificuldade de ir além dessa polarização, de enxergar que em suas bases o agente da transformação social continua sendo o proletariado, logo, que a luta deve ser voltada para estratégias que corroborem com a radicalização de sua luta e instauração de um processo revolucionário, que assuma uma proporção ampliada e que possibilite realizar o seu objetivo de classe, a transformação radical da sociedade.

Outra questão que demonstra a ambiguidade presente no bloco revolucionário no Brasil, diz respeito ao reboquismo. Há um grande número de militantes que se mantêm no âmbito da luta espontânea, aguardando o proletariado iniciar um processo revolucionário para aderirem à luta revolucionária. Isso fica mais claro quando há a adesão ampla de militantes nas manifestações que surgem, mas também o seu afastamento quando estas desaparecem.

O reboquismo não contribui com o proletariado, mas contribui com o bloco dominante e com o bloco reformista. Quanto menos forças contrárias aparecerem diante de ambos os blocos, mais o caminho fica livre para seguirem reproduzindo a luta de classes. O reboquismo é uma ambiguidade presente no interior do bloco revolucionário, uma vez que não há confluência com o movimento da classe operária, que historicamente tem lutado para suprimir as relações sociais estabelecidas pelo capital. O proletariado está em constante movimento, embora esteja no atual momento na fase das lutas espontâneas, mas segue cotidianamente confrontando a burocracia e seus exploradores, ou seja, não se mantém estático. O reboquismo acaba contribuindo para a reprodução e manutenção da luta do proletariado no estágio das lutas espontâneas.

O bloco revolucionário tem como principal tarefa contribuir para que o proletariado ultrapasse o estágio das lutas espontâneas. Mas para que isso aconteça seus integrantes devem agir, devem romper com esta ideia de que a ação deve acontecer apenas no momento que o proletariado avançar para além do espontaneísmo e se autonomizar. Por isso, há uma ambiguidade que se manifesta mais constantemente na

ala semiproletária do bloco revolucionário, e está presente nas tendências políticas que defendem que a ação revolucionária deve ocorrer no momento que o proletariado se tornar revolucionário.

Uma última questão que apontamos sobre a ambiguidade presente no bloco revolucionário no Brasil, se trata da idolatria a determinados cânones intelectuais que representam a tendência política que integra. Esta idolatria faz o militante perder de vista o objetivo da luta revolucionária, logo, a direção da luta, já que, em decorrência disso volta sua atenção para o confronto e tensionamento, no interior do bloco revolucionário. Picuinhas históricas, a exemplo da discussão realizada entre Marx e Bakunin, permanecem mobilizando militantes do bloco revolucionário para o conflito entre si⁷. Daí emergem acusações, adjetivações, falsificações etc., que objetivam a desqualificação e desmoralização e que muitas vezes é realizada sem racionalidade.

Esta atitude é ambígua por não contribuir com o fortalecimento do bloco revolucionário. Ao invés de fortalecer a união deste bloco, questão fundamental para conseguir alcançar a potencialidade de ser um instrumento da transformação social, o enfraquece. Portanto, contribui para sua divisão, já que se instala um conflito em seu interior que faz os próprios militantes manterem-se estagnados na luta revolucionária. A associação é uma questão fundamental para que o bloco revolucionário desempenhe seu papel histórico de contribuir com o movimento revolucionário do proletariado. Isso pressupõe união, a superação das picuinhas históricas, que permanecem vívidas no interior do bloco revolucionário; pressupõe a superação de suas ambiguidades.

O bloco dominante e o bloco progressista conseguem atuar em conjunto, conseguem manter uma atuação coletiva e organizada. A ala semiproletária do bloco revolucionário convive com a necessidade de ampliar e criar formas de organizações mais duradouras. Algumas tentativas de organizações são criadas em períodos de crise do capitalismo ou quando emergem manifestações etc., mas logo são desfeitas quando o capitalismo consegue manter uma relativa estabilidade ou quando há o recuo das lutas

⁷ A referência aqui é à manifestação de idolatria e dogmatismo de militantes políticos. Isso não quer dizer que a crítica interna não deva acontecer, pelo contrário, a crítica desapiedada deve estar presente na luta do bloco revolucionário, inclusive na crítica a si mesmo e às suas limitações, questão fundamental para avançar no processo de produção cultural, que pressupõe a superação de todos os entraves que coloca limites para o avanço da consciência revolucionária.

mais radicalizadas. A luta revolucionária não deve acontecer apenas nesse período, por isso a necessidade da manutenção de organizações revolucionárias, em período de recuo do movimento revolucionário do proletariado. Há, portanto, uma ambiguidade no bloco revolucionário em relação a esta questão, já que a luta revolucionária pressupõe a associação, reunião e articulação, para favorecer a hegemonia proletária e se tornar uma forma capaz de combater a hegemonia burguesa.

Poderíamos citar outros exemplos de ambiguidades presentes no bloco revolucionário no Brasil, mas vamos nos limitar a estes⁸. Estes exemplos são suficientes para perceber a existência de ambiguidades no interior do bloco revolucionário que precisam ser superadas para fortalecer a luta revolucionária. Manter e reproduzir a ambiguidade representa a reprodução de limites que não favorecem a luta pela transformação social, pelo contrário, contribui para a reprodução dos limites da consciência burguesa, logo, do modo de produção capitalista, da luta de classes.

As ambiguidades citadas acima emergem com a divisão social do trabalho, a luta de classes, com a estabilidade do modo de produção capitalista e com o recuo do movimento revolucionário do proletariado. A sua existência e permanência no interior do bloco revolucionário é decorrente da falta de clareza de seus integrantes sobre os fins a serem atingidos com a luta revolucionária, o que leva, conseqüentemente, ao equívoco sobre os meios a serem utilizados. Isso acontece devido às limitações teóricas que prevalecem no interior do bloco revolucionário. Esta questão não é apresentada da mesma forma pelas duas alas deste bloco, mas se manifesta principalmente na ala semiproletária.

A produção e o aprofundamento da teoria revolucionária nunca foi uma preocupação central da ala semiproletária. A preocupação maior que é manifestada em suas ações diz respeito ao praticismo, ativismo, ao imediatismo, muito presentes no meio anarquista, por exemplo; manifesta-se ainda no reboquismo, citado anteriormente. Neste último caso, considera-se que a luta deve seguir o que o proletariado faz⁹. Ou seja,

⁸ Por exemplo, a importância de se criar organizações autogeridas, criação de grupos de contrapoder etc.

⁹ Por isso a importância da produção e assimilação da teoria revolucionária para não continuar repetindo as mesmas ações que reforçam a hegemonia burguesa, esse é o caso da importância de se compreender a

se o proletariado luta por questões imediatas, como questão salarial, condições de trabalho, jornada de trabalho etc., o militante político também deve atuar ao seu lado com o objetivo de alcançar as suas reivindicações.

A consequência disso é que, em período de estabilização do capitalismo e recuo do movimento operário, muitos militantes deixam de lado a luta revolucionária, alguns passam a atuar, inclusive, na produção e reprodução de ideologias, outros assumindo posições conservadoras. No primeiro caso, há o exemplo de intelectuais que mantêm a descrença na produção e desenvolvimento da teoria revolucionária, mas que ao mesmo tempo atuam na produção de ideologias. Alguns ainda mudam de bloco passando a integrar o bloco progressista, mas mantendo o discurso de defesa da classe trabalhadora, o que manifesta seu oportunismo e seu objetivo real, o carreirismo, status e poder.

Isso quer dizer que, neste contexto, o objetivo final da luta revolucionária é obliterado. Isto é, contribuir com a classe operária para a instauração de um processo revolucionário, que tenha como finalidade a abolição do capitalismo e a instauração da sociedade autogerida, não é colocado como a questão fundamental. Se se perde de vista o objetivo final, perde-se de vista também os meios que são adequados e coerentes com a luta revolucionária. Neste sentido, grupos e militantes do bloco revolucionário ficam mais propícios a serem influenciados pela consciência burguesa, assim como aderirem mais facilmente às estratégias do bloco progressista. É justamente neste sentido que vemos, no Brasil, muitos militantes do bloco revolucionário utilizarem-se de meios (ideologias, estratégias burocráticas etc.) que ao invés de fortalecer a luta revolucionária, a enfraquece.

É preciso ter clareza de que, ao contrário do bloco revolucionário, o bloco dominante possui o monopólio dos meios de produção e distribuição cultural e, com isso, consegue divulgar diariamente e amplamente a sua mentalidade, valores etc. Assim mantém também a sua hegemonia na esfera cultural atingindo e exercendo influência no conjunto do bloco revolucionário. Neste cenário, uma forma de pensar, logo, de agir,

estratégia específica e estratégia geral do movimento operário revolucionário e bloco revolucionário. Sobre isso ver Viana (2008, 2019).

ambígua, emerge no interior do bloco revolucionário, pois, assimila elementos do modo de pensar burocrático e burguês e os concretiza em suas ações. É justamente isso que leva determinados indivíduos, setores etc., do bloco revolucionário, a utilizarem de estratégias do bloco progressista como se fossem estratégias revolucionárias. Ou seja, isso não passa de novas formas de reproduzir a velha sociedade burguesa. Esta ambiguidade se manifesta quando a reflexão sobre os fins a serem atingidos não é colocada como questão fundamental para a luta revolucionária.

Depois de abordar a ambiguidade presente no interior do bloco revolucionário, agora podemos tratar de sua coerência. A coerência do bloco revolucionário pode ser percebida em sua ala proletária que, apesar da hegemonia e mentalidade burguesas e da superioridade do bloco progressista, mantém o foco de contribuir com a estratégia revolucionária. A ala proletária do bloco revolucionário no Brasil, tem demonstrado ser a mais organizada em todo o mundo atualmente. Corresponde a uma ala reduzida numericamente, mas o pouco número de seus militantes tem conseguido manter uma coerência necessária e fundamental que possibilita o processo de produção e divulgação da teoria revolucionária, mantendo acesa a chama revolucionária.

A coerência do bloco revolucionário pode ser percebida em vários aspectos, mas aqui vamos destacar apenas quatro, dos quais derivam outros. O primeiro se refere à produção, aprofundamento e divulgação da teoria revolucionária. O segundo, ao uso de meios que contribuem e convergem com o objetivo do movimento revolucionário do proletariado, a autogestão. O terceiro está relacionado à luta cultural. E, por fim, à atuação voltada para o fortalecimento do bloco revolucionário.

Manter uma coerência com a luta revolucionária não é algo fácil, uma vez que perpassa pela luta constante de superação da consciência burguesa e pelo desenvolvimento de uma consciência revolucionária. Em solo burguês, fazer germinar sementes revolucionárias é árduo, mas não impossível, pelo contrário, é a necessidade mais urgente para a instauração de um processo revolucionário. Daí a necessidade da autoformação e autoreflexão constante.

Este processo acaba sendo derivado do primeiro elemento citado anteriormente, que aponta para um aspecto ligado à coerência do bloco revolucionário, que diz respeito à produção e aprofundamento da teoria revolucionária. No Brasil, este trabalho continua

sendo feito, embora seja ainda realizado por uma minoria, a exemplo do que vem fazendo o Movimento Autogestionário - Movaut. O Movaut é uma força significativa do bloco revolucionário que expressa a coerência de atuação da ala proletária do bloco revolucionário. A produção, aprofundamento e divulgação da teoria revolucionária é um dos pilares desta organização. O trabalho realizado por seus militantes demonstra sua importância, ao deixar evidente que um militante revolucionário precisa ter clareza de seu papel e da ação a ser empreendida no processo da luta revolucionária.

Esta clareza, no entanto, só pode ser alcançada com a reflexão, que pressupõe estudo, leitura, análise da essência e do novo estágio do modo de produção capitalista (regime de acumulação), assim como, dos diversos elementos que o integram e contribuem com sua reprodução (episteme burguesa, paradigmas, ideologias etc.¹⁰). Paralelo a isso, há também a necessidade de reflexão sobre a estratégia revolucionária, ponto fundamental para que o militante tenha clareza que seu papel é contribuir com a luta do proletariado, no sentido de superar a luta espontânea até chegar às lutas autogestionárias¹¹.

Do primeiro ponto elencado acima, deriva o segundo, a coerência relacionada ao uso de meios que contribuam e estejam de acordo com o objetivo do movimento revolucionário do proletariado, com a autogestão social. A unidade entre meios e fins é um aspecto central que determina a sua forma de atuação. É neste sentido que nega-se a burocracia (estado, partidos, sindicatos etc.) e mantém-se o princípio da auto-organização¹²; nega-se a ideologia, desenvolve e se fundamenta na teoria revolucionária; nega-se as estratégias dos bloco dominante e reformista, e desenvolve estratégias que sejam coerentes com o movimento revolucionário do proletariado.

Podemos ver um exemplo, desta coerência entre meios e fins, presente nas ações da ala proletária do bloco revolucionário, na forma como concebem sua atuação no período eleitoral. Ao invés do voto útil, um meio coerente encontrado pela ala proletária

¹⁰ Sobre a episteme burguesa, ver Viana (2018, 2019).

¹¹ Sobre o estágio da luta operária consultar Jensen (2014).

¹² Aqui não temos espaço para aprofundar neste aspecto da organização, para uma leitura aprofundada, ver Viana (2014).

para fazer a crítica da democracia burguesa, foi a proposição da ideia do voto nulo autogestionário. A coerência desta ideia está na relação que mantém com a base social do bloco revolucionário, ou seja, não há a defesa de candidatos ou partidos, nem do processo eleitoral, da democracia ou da sociedade capitalista. O voto nulo autogestionário traz consigo a ideia de negação da democracia burguesa, logo, das organizações burocráticas, da ideologia da representação e a afirmação da autogestão.

Outro elemento que demonstra a coerência da ala proletária do bloco revolucionário é a luta cultural¹³. A burguesia, assim como a burocracia, tem clareza da importância da luta cultural, por isso, criam uma série de mecanismos para exercer o controle do que é produzido e divulgado. Ideias, que conseguem uma ampla divulgação que não estejam de acordo com os seus interesses, sofrem com a censura. Para ambos os blocos, a cultura deve estar de acordo com os seus interesses, pois, isso promove uma formação voltada para a aceitabilidade da sociedade burguesa, o que acontece via instituições de ensino, propaganda pelos meios de comunicação etc.

A cultura mobiliza pessoas, as fazem agir. Por isso é importante para o bloco revolucionário promover uma luta cultural cada vez mais ampla. No Brasil, o bloco revolucionário tem mantido a coerência com a luta revolucionária em relação a este aspecto. Encontramos uma considerável produção cultural (teoria, produção artística etc), assim como sua divulgação, debates, grupos de estudos etc. Apesar de ser significativa, ainda é muito inferior ao que é realizado pelos blocos dominante e reformista. Por isso, a necessidade de sua ampliação.

Por fim, uma atuação mais ampla, voltada para o fortalecimento do bloco revolucionário, ainda é uma das necessidades mais urgentes no Brasil. A ala proletária tem feito este trabalho, por exemplo, através do incentivo à associação e à produção, e ampla divulgação cultural. A questão é que, como foi discutido anteriormente, o bloco revolucionário sofre com uma divisão interna e enfrenta limites em sua atuação conjunta. Esta divisão mantém o bloco revolucionário enfraquecido, embora em período de radicalização da luta, a exemplo do que aconteceu em 2013, no contexto das

¹³ Sobre a importância da luta cultural para o bloco revolucionário ver Viana (2018).

manifestações que tomaram conta do Brasil, há a tendência de sua superação e articulação.

Portanto, contribuir com a superação da divisão em seu interior é coerente com o interesse almejado pelo movimento revolucionário. Esta coerência perpassa por sua associação, união e articulação, o que pressupõe a reflexão e desenvolvimento de estratégias. Por isso, é fundamental a produção e aprofundamento da teoria revolucionária, a contribuição na luta cultural, a reflexão sobre as estratégias revolucionárias, e ação conjunta e associada no processo de negação da luta de classe e afirmação da autogestão.

O bloco revolucionário no Brasil, convive com a ambiguidade diante de seu papel na luta revolucionária, mas ao mesmo tempo expressa, em sua ala proletária, a coerência em sua atuação. A superação das ambiguidades, presentes em suas ações, é uma necessidade para fortalecer a coerência, necessária para o bloco revolucionário desempenhar o seu papel histórico, ou seja, favorecer a hegemonia proletária em seu interior, e alcançar uma força suficiente que possibilite gerar um processo revolucionário que crie a possibilidade de instauração da autogestão social. O capitalismo tem demonstrado debilidades profundas, e uma crise de maiores proporções pode pegar a todos de surpresa a qualquer momento. Isso acontecendo, o bloco revolucionário deve estar preparado para desempenhar o importante papel de não só contribuir com a radicalização da luta proletária, mas de estar ao seu lado para combater as forças contrarrevolucionárias. Neste momento, ter clareza de suas ambiguidades e da necessidade de sua superação, é fundamental para o golpe final, na sociedade de classes, e a realização da autogestão social.

Referências

JENSEN, Karl. **A Luta Operária e os Limites do Autonomismo**. Marxismo e Autogestão: Ano 01, Num. 02, jul./dez. 2014.

NAGHIRNIAC, Alexandre e LOPES, Carlos. **A falácia do voto útil e a defesa do voto autêntico**. O Estado de São Paulo. 26 de setembro de 2018. Disponível em: <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,a-falacia-do-voto-util-e-a-defesa-do-voto-autentico,70002519277>. Acesso em 05 de abr. 2022.

VIANA, Nildo. **A Questão da Organização Revolucionária**. Rio de Janeiro: Rizoma, 2014.

VIANA, Nildo. **Blocos Sociais e Estratégia de Classe**. Goiânia: Revista Enfrentamento, ano 14, N. 24, 2019.

VIANA, Nildo. **Blocos Sociais e Luta de Classes**. Goiânia: Revista Enfrentamento, ano 10, N. 17, jan/jun. 2015. Disponível em: <http://enfrentamento.net/enf17.pdf>

VIANA, Nildo. **Estado, Democracia e Cidadania**: a dinâmica da política institucional no capitalismo. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.

VIANA, Nildo. **Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas**. Curitiba: CRV, 2019.

VIANA, Nildo. **Manifesto Autogestionário**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

VIANA, Nildo. **Marxismo e Cultura**. Práxis Comunal: Vol. 01, n. 01, jan./dez., 2018.

VIANA, Nildo. **O modo de Pensar Burguês**: episteme burguesa e episteme marxista. Curitiba: CRV, 2018.

A MISÉRIA DO PROGRESSISMO E A CONTEMPORANEIDADE

Cleito Pereira dos Santos¹

Vivemos uma época de intensa mercantilização das relações sociais e de domínio completo do capitalismo sobre a vida dos indivíduos. Desde os anos 1980 observamos uma expansão sem precedentes da ideologia neoliberal preconizando a supremacia do mercado e o individualismo como naturais e inerentes à natureza humana. Nessa perspectiva, os indivíduos são egoístas e procuram através da competição realizar o sucesso, buscando a riqueza e acumulando capital.

O próprio neoliberalismo trouxe o crescimento da miséria em escala global. Fez com que parcelas imensas da classe operária fossem jogadas à própria sorte à medida que o desemprego se transformou num drama permanente nas vidas desses indivíduos. O capitalismo redimensionou os processos de trabalho, introduzindo tecnologias que significaram a destruição de milhares de empregos e ao mesmo tempo criou milhares de empregos precários, tais como o caso dos trabalhadores da Uber, Ifood, Home Office, dentre outros. As políticas neoliberais ofereceram o conjunto jurídico-ideológico para justificar a adoção de formas precarizadas de trabalho e de organização do trabalho que possibilitaram o aumento exponencial da extração de mais-valor relativo sob o manto do empreendedorismo, do empoderamento, das peripécias dos gestores, sempre à disposição da exploração do capital e aviltamento das condições de trabalho.

O neoliberalismo dos anos 1980 introduziu as políticas ofensivas de direita evidenciando um projeto social e econômico para sujeitar a classe operária ao controle e disciplinamento capitalista e ampliar a apropriação do trabalho não pago. Nos anos de 1990, o crescimento do desemprego e da miséria trouxeram as ideias conservadoras de penalização dos pobres através do encarceramento daqueles que eram vítimas das próprias políticas neoliberais. O caso norte-americano talvez seja o maior indicativo da miséria cultural e social provocada pelo neoliberalismo. O aprisionamento e fortalecimento da repressão, através do investimento nas forças policiais e de segurança privada passou a ser defendido pelos arautos do capitalismo. Institutos, centros de

¹ Economista e Sociólogo. Militante do MOVAUT.

pesquisa, universidades, elaboram programas para serem aplicados globalmente através de governos dispostos a oferecer a repressão como antídoto ao desespero daqueles que são as vítimas do capital.

Na América Latina, o Estado avançou fortalecendo o aparato repressivo e na disseminação de ideologias que justificam o quadro social de desigualdades galopantes. Além do Estado, instituições ligadas às burguesias locais passaram a atuar ostensivamente junto a vários grupos sociais vendendo a ideologia do empreendedorismo como a salvação daqueles que não encontram empregos decentes. Além do Estado e das instituições privadas da burguesia, as igrejas passaram a desempenhar um papel fundamental na conformação dos indivíduos para aceitar o destino que lhes foram reservados. Tais igrejas, principalmente as neopentecostais, juntaram religião e negócios apontando para os seguidores que a saída está em Jesus e o sucesso financeiro é consequência da crença em Deus. Além disso, as igrejas vendem todo o moralismo conservador e estão sempre dispostas a se associarem à direita na defesa da família, da propriedade, do Estado, da repressão, da intolerância religiosa. Nesse sentido, constitui-se todo um complexo ideológico-representacional para justificar a barbárie capitalista.

Por sua vez, os progressistas, em sua grande maioria - também conhecidos como “esquerda” – sucumbiram ao capital. Este é um processo que se inicia ainda no século XX na Europa com a expansão da ideologia social-democrata e intensifica com a chegada ao poder dos partidos ligados a esta perspectiva nos anos 1960/1980. O discurso social-democrata, bolchevista e trabalhista, vai cada vez mais se adequando à manutenção do modo de produção capitalista com a defesa do estatismo reinante na época e na defesa de microrreformas como formas paliativas para conter os conflitos sociais e enquadrar a classe operária para se submeter a exploração do capital. Este processo foi muito evidente na Alemanha, França, Inglaterra, Espanha, dentre outros países.

O discurso do progressismo atravessou décadas e chegou à América Latina e, especialmente ao Brasil, marcando desde então diversos movimentos sociais, sindicatos, partidos que reivindicavam a defesa dos trabalhadores e de suas bandeiras históricas. Assim, e com todas as divisões entre grupos, partidos, coletivos, o discurso reformista de cunho social-democrata e trabalhistas passam a predominar em certos setores já na

reta final da ditadura militar – fundação do Partido dos Trabalhadores, retorno do exílio de várias variantes do bolchevismo – e vai se constituindo na perspectiva de chegar ao poder através da disputa eleitoral. Paulatinamente, diversos grupos – principalmente a socialdemocracia e os trabalhistas - vão avançando até chegarem ao poder estatal no início dos anos 2000 com a eleição de Luís Inácio da Silva, o Lula.

As políticas colocadas em prática pelos sucessivos governos petistas deixam muito evidente a subordinação da maioria dos partidos políticos progressistas à lógica do capital. Nenhuma política desses governos contrariou o capital financeiro ou industrial. Ao contrário, diversos benefícios foram oferecidos através de políticas de financiamento estatal para os negócios da burguesia. Os lucros dos bancos cresceram como nunca. Os balanços dos grandes conglomerados financeiros demonstravam a benevolência dos governos petistas com o capital financeiro nacional e internacional.

A legislação trabalhista sofreu alterações para beneficiar a exploração do trabalho através da precarização e terceirização de setores importantes para o capital industrial. A indústria automobilística cresceu assentada no endividamento crescente da população através da oferta e facilidade de créditos para a compra de automóveis. Enfim, foi colocada em prática todo um conjunto de políticas que sinalizavam a boa vontade dos governos neoliberais - em sua forma neopopulista, representada pelo Partido dos Trabalhadores até então no poder – com os capitalistas, tornando-os confiáveis para gerir a máquina pública no interesse do capital.

A burocracia partidária, atrelada aos governos petistas, se enveredou pelos caminhos da corrupção em todos os níveis. Sindicalistas, militantes partidários, quadros profissionais, dirigentes, enfim, os burocratas dos partidos viveram sua época de ouro da corrupção através de ganhos e benefícios trazidos pela vantagem de estarem no poder do Estado. Diversos desses dirigentes, sindicalistas, burocratas foram denunciados e mesmo no bloco progressista não eram poucos os que se desiludiram com a ascensão social dos antigos “companheiros”.

Paralelo a este processo, o discurso foi se adequando ao regime de acumulação integral vigente. O discurso de classe social cedeu lugar ao de identidade, gênero, sexualidade, empreendedorismo, empoderamento, cidadania, dentre outros, que agradavam à intelectualidade acadêmica – sedenta por impor pontos de vistas de parte

dessa classe social ligada ao progressismo -, a certos setores da burguesia intelectualizada, setores do movimento negro influenciados pelo racismo norte-americano e que lutavam para impor uma leitura da questão racial a partir da produção intelectual dos negros norte-americanos, dos setores ligados ao movimento homossexual, todos ávidos por espaço na gestão dos governos neopopulistas e na divulgação e implantação de políticas identitaristas e de negação da luta de classes tal como preconiza o capital e a exploração capitalista.

Nesse sentido, tais políticas identitárias corroboraram para a criação de nichos de mercado de consumo segregado para cada um desses grupos sociais. As grandes empresas capitalistas percebendo as vantagens econômicas desse processo começaram a atuar criando linhas de produtos para o consumo identitário, seja racial, seja de “gênero”. Em termos gerais, rapidamente as empresas capitalistas adotaram o discurso identitarista – originariamente norte-americano e liberal - na perspectiva de que o mesmo gerava lucros significativos e passava a impressão de inclusão das pessoas historicamente discriminadas no modo de produção capitalista.

O cinismo dos capitalistas e dos progressistas chega no mais alto patamar ao propagarem essa falácia de inclusão em uma sociedade que é antes de tudo da exploração, da desigualdade, da violência, do racismo, mulheres e de qualquer outro grupo que não esteja nos padrões de comportamento, de consumo, de linguagem impostos pela sociedade burguesa. Assim, deslocam o conflito de classe social para o terreno da inclusão de pequenos grupos que manterão a ilusão da possibilidade de vivermos em liberdade em uma sociedade que é da dominação, exploração do capital sobre o conjunto dos trabalhadores. Nesse sentido, encontramos o ponto convergente entre o conservadorismo hegemônico e o progressismo falacioso da esquerda neoliberal.

A defesa do Estado, das instituições burguesas – propagandeadas como republicanas -, da democracia representativa dominada pelo poder financeiro dos grandes grupos econômicos, tornam direita e esquerda irmãos siameses. A ideologia conservadora encontra-se com a ideologia progressista exatamente na sua fase neoliberal. Ambas na defesa da economia capitalista, dos lucros da burguesia. Os valores burgueses são incorporados pelo bloco progressista fazendo com que o discurso, agora,

seja de defesa da nação, dos valores da nação – vide o caso do stalinista PCdoB, com sua defesa das cores nacionais, do patriotismo, em síntese, um monstrengo decadente -, da cidadania, da lei e da ordem.

A miséria intelectual progressista se espalha para todos os setores hegemônicos nos movimentos sociais. Do movimento negro, ao movimento ecológico – este já em franca decadência há décadas -; do movimento dos sem-terra – agora atuando no mercado financeiro com muita eficiência e usando os mesmos mecanismos dos capitalistas -, ao movimento dos sem-teto – que provavelmente em breve devem lançar empreendimentos imobiliários. Para onde olhamos percebemos essa integração total do discurso e das práticas do bloco progressista ao mercado capitalista e a ideologia burguesa.

Na contemporaneidade, o discurso progressista se mostra necessário para aliviar a consciência burguesa, principalmente dos mecenas e filantropos patrocinadores de ações culturais ou de cunho social e de caridade para populações pobres exploradas pelo capital que eles representam. Basta vermos as alianças em tempos eleitorais, as doações de campanhas eleitorais em que sempre aparece um bom burguês para presentear esses defensores dos pobres para manterem os mesmos no devido lugar: submetido a exploração e a subordinação no trabalho.

Não é inocente a opção que os progressistas fizeram em abafar ou declarar o fim das classes sociais, o fim da luta de classes, a defesa dos ideais e valores burgueses como sendo os valores universais da república, da democracia, da civilidade, dentre outras ideologias caducas. Bem poderiam dizer os progressistas: pagando, que mal faz defender a ordem social. Mas para isso continuam fazendo o discurso, fundamentalmente, liberal – com verniz social-democrata - de cidadania, direitos humanos, diversidade, inclusão, dentre outros. A pergunta é: inclusão de quem e para quê? Todas as políticas colocadas em prática, tanto no capitalismo imperialista quanto no capitalismo subordinado, revelaram novamente a impossibilidade do modo de produção capitalista em produzir igualdade. Basta vermos a concentração do capital e da renda em minúsculos grupos de capitalistas em escala global. As desigualdades só se intensificaram nas últimas cinco décadas, embora políticas inclusivas, de bem-estar social

tenham sido colocadas em práticas, principalmente nos países ricos e, secundariamente, alguns países subdesenvolvidos tenham tentado alguma ação populista nesse sentido.

Na verdade, trata-se de uma ideologia que serviu aos propósitos de amortecer os conflitos sociais procurando conformar um suposto consenso entre capital e trabalho. Nossos intelectuais são escolados nessas práticas nefastas para a classe operária, os pobres e demais grupos sociais. Ao longo dos anos 1990, no Brasil, tivemos a construção de um ícone do progressismo da cidadania, Herbert Souza, o Betinho. Rapidamente se transformou no mago do programa fome zero; rapidamente o capital comunicacional adotou o discurso fazendo as devidas campanhas e elevando o ícone progressista a um status de “Madre Teresa do Brasil”.

Hoje todas as medidas paliativas caminham no sentido de construir um suposto consenso social – através dos valores nacionais, dos programas assistenciais, da negação do conflito de classe (aliás tal conflito não existe na cabeça dos ideólogos, sejam de direita, sejam de esquerda), do empreendedorismo e do empoderamento. Enfim, conservadores e progressistas encontraram seu ponto convergente. São duas faces da mesma moeda.

Lutar contra a sociedade capitalista implica a luta contra o modo de produção capitalista; a luta contra a exploração do trabalho e a submissão dos trabalhadores a condições sub-humanas de trabalho; a luta contra o capital é a luta contra os conservadores e contra os progressistas, aliados da burguesia para manter o modo de exploração capitalista. Emancipação humana não pode ser obra de burocratas partidários ou da classe capitalista. Tampouco pode ser obra de intelectuais “iluminados” a dizer que caminho seguir. Tanto a direita quanto a esquerda são contra a emancipação humana.

A forma contemporânea assumida pelo modo de produção capitalista tem feito ressurgir formas de exploração até então imaginadas como coisas do passado. As grandes corporações detêm o controle oligopolista de mercados em escala global. Basta olharmos os setores financeiros, principalmente os bancos, o setor automobilístico controlado por uma dezena de grandes empresas, o setor de tecnologias diversas nas mãos de meia dúzia de corporações extremamente agressivas no controle sobre as informações transmitidas todos os dias, horas, minutos, segundos, pelas multidões de

usuários reféns dos seus controles e disciplinamento. Da captura de imensos bancos de dados com informações de cada um de nós e que geram elevadíssimos lucros para Facebook, Amazon, Submarino, WhatsApp, dentre tantas outras corporações especializadas em fazer-nos trabalhar gratuitamente para elas. Nesse sentido, que se danem o progressismo e o conservadorismo! Suas ideologias não servem ao propósito da liberdade humana.

Somente a auto-organização e a autoformação da classe operária podem construir os mecanismos para a derrocada do capital, da burguesia e de suas classes auxiliares. Aqui nos referimos a consciência revolucionária como algo antagônica ao preconizado pelo bolchevismo e suas variantes autoritárias nascidas a partir de Lênin e que querem estabelecer o controle da burocracia partidária sobre a classe operária (Stalinismo, Maoísmo, Trotskismo e outras). Assim, a autogestão social se apresenta como a forma da sociedade do futuro; de seres humanos livres desenvolvendo plenamente suas capacidades. Esta é a alternativa real ao modo de produção capitalista, o resto é apenas uma ideologia que encontrou seus pontos comuns na defesa da manutenção da exploração, da alienação, da dominação e subordinação das multidões que trabalham aos desejos dos capitalistas.

É HORA DE LUTAR, LUTAR DE VERDADE!

Irineu Dourado Oliveira¹

"A ilusão eleitoral leva o povo à inércia, ao adormecimento, esperando que alguém lute por ele. No fundo, é uma escola de conformismo social, em que se confunde mobilização popular real, partindo dos próprios interessados em defenderem suas reivindicações, com arregimentação de povo em comício, em que alguém indicado fala por ele"
Maurício Tragtenberg (2009, p.52)

Das chamadas esquerdas (Bloco Progressista) à direita (Bloco Dominante), o discurso é o mesmo: esta eleição presidencial será a eleição mais importante de todos os tempos, não só por ser a atual, alertam as duas partes concorrentes. Pelo lado da esquerda, trata-se de combater o fascismo, que estaria sendo instalado no país pelo atual governo Bolsonaro, inclusive com o apoio de setores militares golpistas, enquanto que, pelo lado da direita, busca-se evitar a volta do comunismo caracterizado (pasmem) pelo retorno do PT ao governo. Desta forma, o embate se daria entre defender a democracia ou correr o risco de uma nova ditadura civil-militar. O que eles não dizem é que democracia e ditadura são formas utilizadas pelo Estado capitalista para manter o poder e os interesses fundamentais da burguesia dependendo de cada contexto histórico. Assim, crise controlada, dá-lhe democracia controlada e restrita também. Se a crise estiver fora do controle, dá-lhe ditadura aberta e violenta (o fascismo e o nazismo comprovam historicamente o argumento).

É nesse quadro que surgem palavras de ordem carregadas de puro conteúdo emocional e extremamente apelativo chegando às raias do terror psicológico, como por exemplo: "a pátria corre perigo" ou "a democracia brasileira está ferida de morte" e, ainda, o surrado mantra que não pode faltar a cada eleição: "é tempo de ideias novas e de um novo jeito de fazer política". Mas, é também um tempo de promessas. Promessas e mais promessas! Esse é o carro chefe de todo período eleitoral. Vale prometer o que não dá para cumprir, vale chavões puramente emocionais baseados somente na psicologia barata da autoajuda ou do tão surrado "pensamento positivo" em tempos de crises política, social e econômica agudas. Vale transformar os candidatos lobos em pele

¹ Militante do Movimento Autogestionário – Núcleo de São Paulo.

de cordeiro. Vale conchavos, vale acordos e alianças entre as cúpulas partidárias, por meio de seus chefes mais conhecidos e poderosos, vale o troca-troca de partidos pelos políticos, no sentido de acomodar melhor os seus interesses pessoais e de seu grupo político a cada eleição. Vale também aproximações de velhos adversários e distanciamentos de antigos aliados, que forçados pela atual situação, dizem podres, cobras e lagartos, uns dos outros (a verdade na maioria dos casos). Tudo isso, afirmam eles, é por um bem maior, ou seja, por aquilo que eles chamam de povo.

Nesse contexto, vale mesmo quase tudo, ou seja, só não vale dizer a verdade para aqueles que são os seus alvos principais na busca do voto - o povo, os trabalhadores, assim dizem eles de forma cínica e hipócrita - pois tempo de eleições parlamentares é tempo de promessas e aparências sem nenhum compromisso com a verdade e essências.

É o velho jogo manjado e praticado pelas ditas oposições. Mas que oposição?

Alguma das partes questiona o modo de produção capitalista e luta, de verdade, para aboli-lo, abrindo o caminho para a construção de uma nova sociedade radicalmente diferente da sociedade capitalista? Não, é apenas a oposição de um governo ao outro. É a oposição dos partidos entre si para ver quem vai administrar o estado capitalista por mais quatro anos e assim poder manter o proletariado e demais classes inferiores determinadas pelo modo de produção capitalista. Buscam torná-los através de discursos, tarefa principal do marketing político em aliança com a grande mídia, de forma artificial, os autênticos porta-vozes, os representantes ou a vanguarda dos trabalhadores, dos jovens, das mulheres, etc.

Mas as promessas não são feitas de formas aleatórias. Pesquisas e mais pesquisas são feitas para abastecer, dar um direcionamento e mais sentido a elas. Se o desemprego for a maior preocupação da população do momento, prometem mais vagas de empregos, simples assim! O mesmo ocorre com a questão da saúde, prometendo mais hospitais e medicamentos para os mais pobres. Assim também com a questão da segurança: prometem mais polícia na rua para combater o crime. Alimentam a possibilidade da casa própria, de mais transporte ou outro fenômeno qualquer. Como não existe nenhuma lei que puna as promessas feitas e não cumpridas pelos políticos e partidos em época de campanhas eleitorais, é só, depois de eleitos, darem uma

justificativa qualquer e tocar a vida adiante, pois qualquer problema que venha a surgir, a polícia, aparato judiciário etc. estarão sempre à disposição para manter a ordem. Assim, podemos perceber claramente que o voto só pertence ao eleitor enquanto não for depositado na urna. Depois de depositado e computado passa a ser propriedade exclusiva do candidato eleito ou do seu respectivo partido.

Então, para o eleitor, só resta pronunciar o ditado: "Agora, Inês é morta"!

Como numa tragédia anunciada para o conjunto das classes inferiores (proletariado, lumpemproletariado, camponeses, subalternos, trabalhadores do comércio e serviços, trabalhadores domésticos etc.), a cada dois anos as eleições parlamentares entram na agenda política do país. Entra também em cena todos os recursos imagináveis e inimagináveis que a classe dominante e seus aliados têm a seu dispor para manter o *status quo*. Dessa forma, o capital comunicacional, ao investir na internet, TVs, rádios, cinema, jornais, revistas, etc., busca de todas as formas convencer a população em geral de que qualquer mudança na sociedade, por mínima que seja, passa necessariamente pelas eleições parlamentares, impedindo outras perspectivas e formas de ação.

Fenômenos sociais gravíssimos que não podem ser resolvidos no atual modo de produção capitalista, sobretudo em países de capitalismo subordinados (subdesenvolvidos) como por exemplo a fome, o desemprego, a falta de moradia, a precariedade na saúde, a violência contra as classes inferiores da sociedade, pelo próprio Estado, e tantas outras questões importantes que poderiam satisfazer as necessidades humanas autênticas, passam a ser discutidas artificialmente e de forma mercantilizada e burocrática pelos diversos partidos políticos que são financiados por grandes grupos capitalistas nacionais e internacionais para garantir que seus interesses possam fazer valer nos novos parlamentos e governos eleitos. Toda essa disputa pelo poder vai se tornando cada vez mais visível para a própria sociedade, num jogo pesado, corrupto, violento, sem regras e muito menos limites. Surge, então, a contraindicação, para alguns dos envolvidos, de caráter fatal!

Exagero?

Em outubro de 2020, o portal G1 publicou matéria onde apontava 327 casos de violência contra candidatos entre 2016 e 2020. Aqui um pequeno trecho da matéria:

Em 91% dos assassinatos e atentados, os alvos são candidatos a vereador ou a prefeito e eleitos. São homens matando homens, numa lógica de disputa e acesso ao poder", diz a pesquisadora. "Conflitos territoriais, conflitos relacionados a atuação ilícita por parte de agentes municipais, portanto, corrupção, conflitos na própria gestão das campanhas eleitorais, dívidas de campanha que, depois, são resolvidas de forma violenta, conflitos político-partidários, esse fenômeno de polarização, que gera a solução pela violência, a divergência partidária é resolvida pela violência (G1, 2020).

Da mesma forma, Pires (2020) afirma, em matéria postada no El País, em novembro de 2020, a soma de 82 assassinatos entre candidatos e militantes, somente nas eleições municipais em 2020 pelo país:

"Segundo estado com mais mortes (oito), o Rio de Janeiro experimenta um acirramento das disputas eleitorais em áreas controladas por milícias, especialmente na Baixada Fluminense, onde nove políticos foram assassinados em 2016, ano da última eleição municipal. Nos casos recentes, a polícia investiga possíveis relações das vítimas com grupos paramilitares" (PIRES, 2020).

Não é o objetivo aqui, ao reproduzir as matérias acima, aprofundar na relação entre as eleições parlamentares e o crime organizado em geral (narcotráfico, milicianos, policiais corruptos, etc.) e nem discorrer sobre as várias determinações, de forma aprofundada, sobre o aumento da violência entre os partidos e seus respectivos candidatos nos períodos eleitorais, mas seria muita ingenuidade não acreditar que uma das principais motivações, se não a principal, é exatamente a conquista de espaços cada vez maiores na estrutura burocrática e mercantil do Estado capitalista. Dessa forma, o objetivo é mostrar exatamente como todo o processo que envolve as eleições parlamentares é violento, corrupto, viciado e não tem interesse algum em resolver os problemas mais candentes dos mais necessitados como querem fazer acreditar. O processo visa apenas satisfazer os interesses dos partidos e dos políticos envolvidos nas disputas. É importante frisar também que esses números citados acima, por mais trágicos que sejam, são infinitamente irrisórios quanto ao número das vítimas decorrentes das políticas econômicas e sociais elaboradas, aprovadas e colocadas em prática por esses partidos quando chegam aos governos, seja pelas chamadas direitas - de forma mais agressiva e aberta - ou pelas chamadas esquerdas, de forma dissimulada, escamoteada e em conta-gotas.

Diante dessa crítica totalizante, mesmo que sintética, a todo o processo eleitoral que inclui não só a recusa dos partidos políticos, mas a recusa do próprio Estado, da corrupção, dos políticos profissionais, das ideologias de representação e de vanguarda etc., é preciso refletir sobre qual o papel do Bloco Revolucionário diante desse contexto praticamente intransponível onde se expressa a polarização, cada dia mais evidente, entre o Bloco Dominante e o Bloco Progressista como única alternativa aos trabalhadores na perspectiva da construção de uma sociedade radicalmente diferente da existente.

Mesmo diante da fragilidade e ambiguidade de setores do Bloco Revolucionário (notadamente alguns indivíduos anarquistas e autonomistas) que se deixa levar pela pauta eleitoral ficando assim a reboque do reformismo e do vanguardismo dos partidos que compõem o bloco progressista, capitulando à falsa dicotomia entre democracia ou ditadura, ou ainda eleições ou golpe, é preciso manter a postura crítica radical e desapiedada do existente, recusando de forma firme e sem vacilo o jogo da burguesia (classe dominante) e da burocracia (classe auxiliar da burguesia) em manter o proletariado e demais classes inferiores sob sua hegemonia, cuja expressão é a manipulação, exploração, e repressão cada vez mais bárbara.

Por conseguinte, ao recusar conscientemente o jogo entre o bloco dominante e o bloco progressista, compreendendo que as eleições parlamentares são parte de um processo maior e que, portanto, é na verdade estratégias burguesas e burocráticas que buscam reproduzir o modo de produção capitalista, a mentalidade e a sociabilidade burguesa, é fundamental que o bloco revolucionário (militantes autogestionários, anarquistas, autonomistas, intelectuais engajados etc.), mesmo com suas fragilidades, ambiguidades e do contexto extremamente difícil da luta atual contra o capitalismo, reflita sobre estratégias revolucionárias que contribuam concretamente para criar, desenvolver e reforçar formas de luta na perspectiva da auto-organização e a autonomização do proletariado rumo à autogestão social.

Portanto, "em outras palavras, a estratégia revolucionária, por conseguinte, é a reflexão sobre os meios e fins necessários, bem como sobre sua unidade, para a concretização da revolução social, ou seja, da autogestão social que ela materializa" (VIANA, 2019, p.11). Desta forma, é necessário que o bloco revolucionário não veja nos

problemas e nas dificuldades apenas os problemas e as dificuldades, mas aponte para a perspectiva de um outro futuro social negando e desmascarando a sociedade hoje existente e a sua "aura" de fim da história. A tarefa central que se impõe ao bloco revolucionário é de contribuir concretamente com a auto-organização e o desenvolvimento da consciência revolucionária do conjunto das classes inferiores, objetivando a destruição do atual modo de produção capitalista e instituição da autogestão social. Isto é, "[...] buscar acelerar esse processo revolucionário e, ao mesmo tempo, criar as condições necessárias que reforcem as posições do proletariado na luta política" (VIANA, 2019a, p. 35). Importante assim ressaltar que buscar reforçar as posições do proletariado no interior da sociedade capitalista, além de acelerar ao mesmo tempo o processo revolucionário, acaba por fortalecer também o próprio bloco revolucionário na medida que vai se alterando a correlação de forças no conjunto das classes inferiores na perspectiva da autogestão social. Porém, é necessário afirmar também que é preciso lutar de forma intensa, radical, sem trégua e sem vacilações contra todas as formas de ilusão que vão muito além das eleições parlamentares como, por exemplo, o paradigma subjetivista, as chamadas lutas identitárias que enfraquecem a luta do proletariado e, conseqüentemente, o próprio bloco revolucionário, ideologias como a de vanguardas (leninistas-bolchevistas) ou de representação de qualquer partido político, sindicato, ou de movimentos sociais que buscam a integração do proletariado ao estado capitalista, pois o que todas essas organizações tencionam, na verdade, é controlar, manipular e dominar o movimento operário e não desenvolvê-lo etc.

Nesse sentido é imprescindível travar uma luta cultural intensa e mais ampla possível contra a classe dominante e suas classes auxiliares. De acordo com Marques, "a luta cultural é a expressão da luta de classes na esfera da cultura" (MARQUES, 2019, p. 2). Esta é uma luta extremamente desigual, já que a classe dominante é detentora do conjunto dos meios de produção, divulgação e circulação cultural e artísticas (cinema, editoras, indústria musical, jornais, revistas, rádios, etc.) via capital comunicacional. Acrescente-se ainda uma enorme produção ideológica efetivada em diversas áreas acadêmicas pelos seus ideólogos (burocratas, intelectuais). Todas essas ações são muito bem articuladas pela classe dominante e tendo o próprio Estado como a principal instituição sob o seu domínio que busca legalizar, naturalizar e garantir a reprodução do

modo de produção capitalista que tem como maior contradição a luta inconciliável, de vida e de morte entre as duas classes fundamentais, ou seja, a burguesia e o proletariado. A primeira como a classe exploradora e a segunda como classe explorada. Assim, não é difícil constatar que toda a produção cultural que tem como perspectiva a libertação e a emancipação humana, a revolução social, ou seja, a autogestão social é marginalizada, combatida e tratada como algo inferior, sem sentido ou valor.

Portanto, é nesse quadro difícil, complexo e desfavorável, porém cheio de possibilidades e desafios, que o bloco revolucionário é chamado a atuar. Seja de forma individual ou coletiva, o bloco revolucionário deve buscar, de forma mais articulada e criativa possível, se contrapor a estratégia cultural burguesa por todos os meios possíveis. Por exemplo, através de reflexões teóricas, análises políticas críticas e profundas, poesias, músicas, postagens nas redes sociais, elaboração e divulgação em panfletos, cartazes, memes etc. Tão importante como fundamental é compreender que todas essas ações e atividades são apenas meios indissolúvelmente ligados ao objetivo final, ou seja, a luta pela emancipação humana através da transformação radical do conjunto das relações sociais existentes.

É necessário ainda, incluir na luta pela autogestão social ampla e generalizada, a afirmação por todos os meios possíveis que a determinação fundamental do modo de produção capitalista é a extração de mais-valor (trabalho não pago) sobre o proletariado efetuado pela burguesia. E é exatamente por conta dessa realidade que não basta tentar embelezar, humanizar ou reformar o capitalismo através de simples alternâncias de governos, reformas paliativas que, na verdade, não reformam nada, não adianta nem mesmo nacionalizar ou estatizar as instituições no interior da sociedade capitalista como afirmam os leninistas. Na verdade, falando em leninistas (integram o bloco progressista, a esquerda radicalizada), não é suficiente nem mesmo desapropriar a burguesia liberal como ficou provado historicamente no processo da contrarrevolução russa, efetuada pelo partido comunista russo a partir do golpe insurrecional de outubro de 1917. O que eles fizeram foi apenas substituir o capitalismo liberal pelo surgimento do capitalismo de estado mantendo intocado o mesmo processo de exploração e dominação sobre o proletariado, ou seja, o domínio do trabalho morto (burocracia estatal convertida em

classe apropriadora de mais-valor) sobre o trabalho vivo (trabalho produtivo da classe operária).

Por fim, lutar de verdade não é delegar para outros que façam por nós o que nós mesmo temos condições e dever de fazer.

AUTOGESTÃO SOCIAL OU BARBÁRIE!!!

Referências

G1. **Estudo Aponta 327 Casos de Violência Contra Candidatos Entre 2016 e 2020.** 2020 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/noticia/2020/10/25/estudo-aponta-327-casos-de-violencia-contr-candidatos-entre-2016-e-2020.ghtml>. Acesso em: 19 maio 2022.

MAIA, Lucas. (Org.) **Qual o Sentido do Voto Nulo?** Reflexões críticas sobre a democracia e as eleições. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2020.

MARQUES, Edmilson. Luta Cultural e Estratégia Revolucionária. **Revista Enfrentamento.** Goiânia: ano 14, N. 24. 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Petrópolis: Vozes, 1988

PIRES, Breiller. **Escalada de Violência Política nas Eleições Municipais já Soma 82 Candidatos ou Militantes Assassinados.** Brasil. El País, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-09/escalada-de-violencia-politica-nas-eleicoes-municipais-ja-soma-82-candidatos-ou-militantes-assassinados.html>. Acesso em: 19 maio 2022.

TRAGTENBERG, Maurício. **A Falência da Política.** São Paulo: Unesp, 2009.

VIANA, Nildo. **O Que São Partidos Políticos?** Brasília: Kiron, 2013.

VIANA, Nildo. **A Questão da Organização Revolucionária.** Rio de Janeiro: Rizoma, 2014.

VIANA, Nildo. **Blocos Sociais e Estratégia de Classe.** Revista Enfrentamento. Goiânia: ano 14, N. 24. 2019.

VIANA, Nildo. **Manifesto Autogestionário.** 3ª edição, Rio de Janeiro: Rizoma, 2019a.

A MANIPULAÇÃO DO INCONSCIENTE E AS ELEIÇÕES BRASILEIRAS DE 2022

Guilherme Bachmann¹

O contexto político-eleitoral brasileiro vem tomando contornos bem definidos desde que a pandemia de covid-19 assolou o planeta e expôs fragilidades na maneira como os estados nacionais conseguem responder a crises relativamente pequenas. O prestígio que o atual presidente possuía (devido à construção de sua imagem em torno de uma suposta superioridade moral, incorruptibilidade, religiosidade e conservadorismo de uma maneira geral) perdeu força devido às demandas materiais imediatas que se impuseram sobre a população. O discurso anticorrupção, a ameaça do “comunismo”, a defesa de uma “liberdade econômica” perdem tração em um cenário onde o Estado se mostra incompetente para gerir os dilemas normais da sociedade capitalista. A população cada vez mais empobrecida se preocupa muito mais com sua situação imediata do que com supostos dilemas morais e éticos que envolvam uma gestão “honesta” do Estado. A principal preocupação do momento é ter alguém competente (para gerir o Estado capitalista), muito mais do que alguém que represente seus valores, e no quesito competência, Bolsonaro sai com desvantagem.

Do outro lado, os progressistas não poderiam estar mais contentes. “Nunca antes na história desse país” houve um presidente tão atrapalhado. Expor as contínuas desventuras do atual chefe do executivo é uma tarefa bastante simples. No geral o próprio as deixa escancaradas a quem quiser ver em suas *lives* ou em declarações oficiais. O Partido dos Trabalhadores, e em especial seu candidato Luís Inácio Lula da Silva, saiu de uma posição de descrédito e desconfiança para uma em que se mostra como alternativa racional frente à loucura. Lula tem muito o que agradecer a Bolsonaro. Sua situação hoje é de alguém que já pode pensar em estratégias para ganhar em primeiro turno. Algo impensável há quatro anos.

Os acontecimentos concretos, embora sejam a origem real dos fenômenos, não explicam por si essa mudança. Afinal, o imenso número de antipetistas e autodeclarados

¹ Graduando em psicologia pela Unisociesc Blumenau/SC e militante do MOVAUT (Movimento Autogestionário). Email: bachgui@gmail.com

“anticorrupção” não deveriam aceitar de imediato Lula como principal candidato. Teria essa parcela da população, de certo, tornado-se petista ou lulista da noite pro dia? Teriam abandonado os valores mais alinhados ao discurso conservador? Certamente que não. Algo ocorre na facilidade que Lula encontra em se mostrar como candidato viável para além dos eleitores habituais. Também os interesses de classe e os movimentos manipulativos tradicionais dos políticos profissionais não explicam de forma isolada este cenário eleitoral. Muitos foram os pré-candidatos que se apresentaram como alternativa a Bolsonaro em oposição à Lula, e levando em consideração o descrédito que o PT adquiriu nos últimos anos, era de se esperar que tivessem alguma expressão nestas eleições, nenhum até agora mostrou-se capaz de realizar tal feito. Deve-se questionar, então, qual mecanismo está por trás desse aparente ganho de popularidade do ex-presidente e, se possível, desmistificar esse processo procurando lançar uma luz para além da esfera eleitoral.

O presente texto pretende analisar o contexto eleitoral brasileiro do ano de 2022 através do campo das motivações individuais e coletivas dos eleitores. Faz-se necessário, para que se possa compreender a real dimensão do impacto que o espetáculo eleitoral possui nos indivíduos, estudar este processo não apenas por suas manifestações materiais, mas também psíquicas. A pessoa que vota (ou não) é um ser humano que possui história de vida, desejos, fantasias, motivações, que não são desligados no momento de votar para “decidir racionalmente” sua escolha. Esses desejos e fantasias, seus medos e expectativas, compõem o quadro individual e coletivo que interage com os acontecimentos recentes e responde a eles de forma específica. Além disso, do outro lado, os partidos e políticos buscam a todo momento explorar esse campo psíquico de forma a facilitar sua vitória e garantia de espaço na máquina estatal. Pretende-se aqui contribuir com a discussão, inserindo o conceito psicanalítico do inconsciente na compreensão do fenômeno eleitoral.

Das motivações inconscientes de acordo com a psicanálise clássica

Sigmund Freud descobriu através de sua extensa pesquisa clínica que os indivíduos que sofriam das chamadas patologias mentais possuíam conflitos entre diferentes mecanismos psíquicos. Os sintomas de seus pacientes provinham de

emoções, memórias e desejos reprimidos que encontravam outros caminhos para se manifestarem (FREUD, 2011; 2019). Essa repressão ocorria em razão da necessidade de suprimir aquilo que não seria aceitável na convivência social, ainda que constituísse a natureza humana tal qual os aspectos não reprimidos (FREUD, 2010). O material reprimido permaneceria inconsciente para o indivíduo pois caso o contrário este se sentiria horrorizado por seu conteúdo. No que se refere à psicanálise clássica, todos os desejos e motivações derivam do princípio do prazer, uma busca incessante por descarga libidinal, que é sempre detentora de um caráter sexual² (FREUD, 2011; 2019), e do princípio da realidade, regulador racional e necessário à convivência social.

Tal descoberta revelou não apenas o mecanismo pelo qual as neuroses operam, mas também aspectos do comportamento humano de forma geral. A partir da descoberta do inconsciente e do desenvolvimento de técnicas para conhecer seu conteúdo, foi possível entender motivações e razões por toda uma série de atitudes individuais e coletivas que antes permaneciam ocultas. O estudo dos impactos inconscientes de determinadas expressões e ações nos indivíduos rendeu inclusive uma maior capacidade de controle social por parte do Estado capitalista no último século, como evidencia a história de Edward Bernays³ (GEHRES, 2021). O uso de ferramentas e conhecimentos psicanalíticos, bem como da psicologia, para manipular e favorecer determinados discursos e posições políticas não deve ser considerado apenas como provável, mas deve-se assumir que estão ocorrendo de forma ativa durante o processo eleitoral.

Bolsonaro constituiu sua imagem através de discursos que tocam vários pontos sensíveis à população masculina. A recorrente afirmação da masculinidade através do uso de um discurso de reforço do “homem” e do que isso representa, a utilização de

² A complexidade da psicanálise e seu entendimento do inconsciente é muito mais extensa do que isso, e não há aqui a intenção de resumi-la a este parágrafo. Entretanto, para fins de um texto curto não há a intenção de se aprofundar em explicações mais bem elaboradas. Sugere-se como material de pesquisa “A interpretação dos sonhos” e “Conferências introdutórias à psicanálise” de Sigmund Freud.

³ Conhecido como “pai das relações públicas”, utilizou a pesquisa psicanalítica para criar propagandas que influenciassem a opinião pública em favor da democracia e da sociedade capitalista. O documentário “O século do Ego” de Adam Curtis faz um bom levantamento de sua história de vida e influência na sociedade americana.

simbologias que reforçam essa “masculinidade” através da exaltação de armas, a constante verborragia de comentários direcionados à diminuição e ataque à masculinidade ou falta desta em seus adversários, etc. Seu comportamento por vezes lembra um aluno de quinta série que desenha representações do órgão sexual masculino sempre que possível enquanto busca ridicularizar e diminuir os outros garotos da turma acusando-os de serem homossexuais. De fato, tal analogia não está tão longe da verdade. A arma pode muito bem servir como um símbolo viril (FREUD, 2019) e, portanto, reafirmar sua condição masculina, tanto como representação fálica quanto símbolo do exercício do poder através da violência. O símbolo com as mãos é ainda mais revelador, pois abstrai o contorno da arma a um anexo do seu próprio corpo, revestido com sua pele, alongado e ereto (é preciso que o dedo faça o movimento de subir) com o qual ele usa para apontar aos outros (assim como seus seguidores também o fazem). “Aqui está meu falo, minha arma, eu o tenho e vou usá-lo”. Tal qual o estudante da quinta série, repete tal ato de forma a imprimir esta representação em toda e qualquer imagem gerada de sua pessoa, aludindo aos eleitores que ele representa o que há de potência masculina, o suprassumo do “macho”, e quem estiver com ele fará parte de tudo que reforça essa potência masculina, ao contrário dos que estão contra.

Isso fica evidente nos embates entre bolsonaristas e não bolsonaristas. Frequentemente seus seguidores acusarão aqueles que não estão com Bolsonaro de não serem heterossexuais, qualquer que seja a importância disto no debate. Bolsonaro mexe com as inseguranças sexuais masculinas compartilhadas por gerações e impressas de forma profunda no inconsciente dos homens. Partindo da teoria freudiana clássica, o menino que deseja a mãe para ele quer desafiar o pai que o ameaça com a castração, ameaça lhe tirar o que há de mais precioso e que representa seu poder. Temeroso do resultado de um confronto com alguém visivelmente maior e mais forte, o menino conforma-se em submeter-se ao pai e identificar-se com ele, incorporando características dele ao seu próprio eu, mantendo assim sua virilidade. O menino cresce, mas a marca da castração permanece, as impressões infantis continuam a exercer efeito sobre o indivíduo só que de forma inconsciente (FREUD, 2016; 2019). Bolsonaro utiliza um discurso que castra quem não estiver com ele (se você não gosta de Bolsonaro deve

ser porque é homossexual/afeminado) e acolhe todos aqueles que se identificam com sua figura, garante a eles o reforço dessa masculinidade e a detenção de seu falo.

O discurso bolsonarista é muito mais apelativo aos homens do que às mulheres, justamente em razão do que foi exposto. Para muitas mulheres, o absurdo de seu discurso é mais perceptível por serem menos tocadas no que diz respeito à insegurança masculina. Ainda assim pode-se aferir que muitas poderão reconhecer nele uma figura semelhante e acolhedora, tendo em vista que várias tiveram figuras paternas muito parecidas com ele na infância. Elas não possuem a insegurança masculina mas seus pais a possuíam (FREUD, 2019), fazendo com que nesse ponto Bolsonaro toque no seu desejo inconsciente ao se revelar como alguém similar a um dos primeiros objetos de desejo do indivíduo. Muitos desses pais com certeza foram homens tão grosseiros, inseguros, violentos e “machões” quanto Bolsonaro. Tal semelhança não precisa ser percebida, se dá de forma inconsciente e é apenas isso que é necessário (FREUD, 2016).

Lula, por outro lado, tem mais popularidade com as mulheres, talvez por que seu adversário gera essa insegurança masculina, e deve-se iniciar a análise de sua campanha por elas. A partir do momento em que Lula sai da prisão, começa-se a trabalhar informalmente em sua campanha para presidente. Sua principal aposta, é claro, é focar na diferença de contexto econômico de seu governo com o atual. O Brasil entre os anos de 2003 e 2009 foi marcado por um crescimento econômico de capital interno, o que facilitou um aumento nos gastos do Estado com políticas sociais. Lula se apresenta como aquele que pode fazer retornar este período de estabilidade, que pode garantir a ordem, que saberá gerir “a bagunça” e garantir a todos um futuro promissor. Seu apelo, de certa forma, também diz respeito à masculinidade, de forma menos agressiva. Lula é o “grande pai”, o provedor. Sob sua responsabilidade seus filhos não passam fome, estão protegidos. Ele lutará por eles e garantirá seu sustento, enfrentará quem estiver ameaçando-os e garantirá que sua família estará segura. É a figura do pai e do marido ideal (que bem sabemos, no que diz respeito ao inconsciente, são duas figuras que se confundem) aquele de quem se você devotar seu amor, garantirá que nenhuma mazela há de lhe ocorrer.

Este apelo também atinge os homens, é claro, como modelo ideal de ethos⁴ masculino. Entretanto, há outra esfera na qual vale dar importância, que esclarecerá melhor esta discussão. Nos últimos dois anos foram frequentes divulgações de fotos do ex-presidente praticando exercícios, mostrando força, usando trajes de banho, etc. Uma foto de agosto de 2021 mostrava Lula de sunga com sua atual namorada e a disposição da foto parecia favorecer a visualização das coxas do ex-presidente, abertas de forma que a observação do volume genital em sua sunga era possível. A foto prontamente viralizou e uma enxurrada de elogios femininos (bem como masculinos) tomou a internet, alguns com conotação sexual explícita. Diversas outras imagens de Lula malhando, correndo, na praia, circulam na internet. Este trabalho, de divulgação dessas fotos, ajuda a montar uma espécie de *sex appeal* em torno da figura de Lula, ainda que este seja um senhor de 80 anos longe dos padrões de beleza. É essa mistura do pai ideal, do marido ideal (que lembra o pai) e de homem desejável sexualmente que se busca explorar nessas narrativas, em especial nas redes sociais. A “foto da coxa” de Lula pode até ter sido feita de forma não intencional, mas seu compartilhamento nas redes foi planejado e muito bem executado. Nenhum dos outros candidatos opositores a Bolsonaro reúne características tão apazíveis do masculino. Enquanto Bolsonaro representa a masculinidade em sua insegurança, sua ansiedade da castração, Lula representa aquilo que há de mais afetuoso nas figuras paternas e no que se costuma buscar em parceiros românticos de longo prazo. Segurança, estabilidade, provimento, satisfação sexual, são mensagens inconscientes exploradas pela propaganda do ex-presidente.

Das motivações inconscientes a partir de uma episteme marxista

Freud enxergava todo desejo como essencialmente sexual. As manifestações que já não aparentavam ter ligação com as necessidades sexuais teriam chegado a essa configuração através do deslocamento que possibilita a descarga libidinal por outros caminhos. Diversos autores realizaram críticas a este pansexualismo freudiano (FROMM,

⁴ Refere-se aqui ao conceito de ethos sexual apresentado por Viana (2010) que indica uma forma específica de apresentação do masculino e feminino determinado pelo desenvolvimento histórico, relações sociais e aspectos biológicos.

1992; SCHNEIDER, 1977; VIANA, 2010) e avançaram a discussão sobre o inconsciente em direção às necessidades humanas, e sua repressão. Nesta perspectiva, entende-se que o ser humano possui necessidades e procura satisfazê-las, mas possui a característica de através da socialização compreender-se como parte de um grupo e não agir puramente baseado em seus interesses egoístas, reprimindo desejos que seriam danosos à vida coletiva. Com o advento das sociedades de classe, a satisfação das necessidades passa a ser controlada pela lógica social erigida a partir de um modo de produção específico, que precisa reprimir certas características humanas para poder continuar existindo. Tal divisão no aparelho psíquico, portanto, surgiria com a complexa sociabilidade humana e as regras de convivência social tal como Freud havia pensado, mas não é a única determinação que compele à repressão de desejos e sentimentos. É também a sociedade e as condições materiais que impelem aos indivíduos a reprimir determinados aspectos de sua humanidade para favorecer este modo específico de produção e a manutenção de suas características (PEREIRA; MARQUES; SANTOS, 2010; SCHNEIDER, 1977; VIANA, 2012).

Isso não anula as considerações freudianas sobre a sexualidade, Freud estava correto em separar uma grande importância para este aspecto humano. Há de se abrir, entretanto, o leque das emoções humanas para além do que é sexual, e isso inclui o que é reprimido e relegado ao inconsciente. O modo de produção capitalista elevou o valor de troca das mercadorias a um fim em si mesmo, toda a produção material da vida em nossa sociedade gira hoje em torno da produção de mais-valor, e não mais da satisfação das necessidades humanas. Tais mercadorias precisam apenas aparentar oferecer algo, ter um valor de uso aparente, para que possam ser desejadas e compradas, concluindo o ciclo de produção de mais-valor (SCHNEIDER, 1977). Na verdade, quanto menos satisfeito o indivíduo ficar com as coisas que ele consome melhor para o capitalista, que ainda terá um indivíduo buscando satisfação em seus produtos. Tal relação invade o corpo social como um todo, coloniza todos os aspectos da vida humana, incluindo o psíquico. Somos desde cedo, a começar pela família (que é formada por indivíduos constrangidos por esta lógica social), ensinados a valorizar o planejamento e a organização, limpeza e obediência, respeito e integridade. Nossos valores estão ligados ao que há de mais útil à reprodução do capital em todas as suas instâncias, também

somos repreendidos se mostramos características contrárias ao funcionamento normal desta sociedade, sendo a sexualidade um dos aspectos mais importantes a serem repreendidos para um controle social eficiente (SCHNEIDER, 1977).

Bolsonaro foi eleito em um momento que muitos indivíduos haviam perdido não apenas sua renda e condições materiais reais, mas seu modo de vida como um todo perdeu uma parte da aparente abundância que havia sido estabelecida nos últimos anos no Brasil. Aparente porque as condições sociais no Brasil, embora tenham de fato “melhorado”, estavam longe de ter tido o ganho de qualidade propagandeado pelos progressistas. Houve no Brasil um aumento significativo de acesso à mercadorias específicas como televisões, computadores, carros, através de um momento econômico particular que permitiu um aumento do financiamento destes produtos em conjunto com o processo de aumento da acumulação capitalista. A capacidade de adquirir mercadorias com grande valor de uso aparente, com as quais se pode exibir uma falsa imagem de mudança nas condições de classe, perdeu tração e com isso houve um profundo descontentamento da população. As mercadorias, é preciso reiterar, não são apenas o produto material. Elas assumem um aspecto fantasmagórico que se ergue acima delas, sua imagem torna-se mais importante que o produto real, seu valor de uso aparente sobrepõe o valor de uso concreto e ocorre um processo de mistificação em torno de sua função⁵. Um carro não é apenas um meio de transporte, ele carrega uma mensagem sobre a condição de classe do indivíduo, sobre sua personalidade, suas escolhas de vida, levanta interesses e assume um papel de realização pessoal. Ao menos é isso que as propagandas, em conformidade com o discurso dominante, procuram levar às pessoas, alienadas das condições reais de satisfazerem de fato suas necessidades humanas, a acreditar que a realização e satisfação de seus desejos se encontram naquela mercadoria (SCHNEIDER, 1977).

No atual estágio do desenvolvimento capitalista, perder parte da capacidade de adquirir essas mercadorias é perder parte do que se acredita como fundamental para a existência. Se as relações de mercado são as relações com maior teor místico que já existiu (SCHNEIDER, 1977), retirar dos indivíduos o acesso destes produtos é como

⁵ Para aprofundar essa questão ver o conceito de reificação em Lukács (2003).

retirar-lhes do contato com seus deuses. Bolsonaro explorou esse descontentamento ao aproveitar a desconfiança da população para com PT, associando a gestão petista aos problemas econômicos que surgiram na década passada. Faz isso também utilizando-se de mistificações e imagens que ganham vida própria e alçam-se sobre a realidade como verdades religiosas. Não seria apenas o PT, mas o “comunismo” que ameaça cada Brasileiro de perder tudo o que possui, e esse “comunismo” estaria em todas as partes, tomando conta de todas as instituições. O único capaz de combatê-lo, é claro, é Bolsonaro. Mas não é seu discurso propriamente que apelou para a razão do eleitor, e sim o apelo inconsciente do medo de continuar perdendo os objetos de desejo.

A satisfação das necessidades humanas é continuamente, da infância à velhice, negada à maior parte da população. Negada porque os meios materiais de satisfazer as necessidades primárias são propriedade particular de alguém. Para que se possa comer, beber, vestir-se, etc, é preciso submeter-se às vontades da classe dominante que possui os meios de produção. E sua vontade resume-se apenas ao acúmulo de mais-valor (MARX, 2013). Para realizar esse acúmulo é preciso não só produzir, mas vender, e para vender é preciso que haja compradores. Nas últimas décadas houve um trabalho intensivo de direcionar essas necessidades e desejos negados e reprimidos para uma satisfação ilusória na aquisição de mercadorias que não resolvem de fato essa falta, mas passam a imagem e uma promessa de que irão (SCHNEIDER, 1977). O ser humano destroçado e oprimido, alienado de sua condição natural (VIANA, 2012) criativa e ativa sobre o mundo, encontra um consolo nos pequenos prazeres momentâneos proporcionados por mercadorias que mantêm o ciclo de sua exploração.

As mercadorias, ou sua promessa de satisfação, tornam-se substitutas dos verdadeiros objetos de desejos inconscientes (SCHNEIDER, 1977). Se não é possível ter uma relação humana e agradável com um parceiro sexual verdadeiramente interessado, é possível consumir pornografia, filmes de romance, modelos de redes sociais, partes de corpos avulsos em imagens editadas e filtradas como um bife é cortado e embalado pronto para consumo. Se não é possível encontrar satisfação no produto do seu trabalho é possível realizar atividades extra-expediente, mediante consumo, que aparentam dar um sentido à existência como hobbies, viagens de férias, atividades físicas, comidas especiais, substâncias psicoativas que trazem euforia a uma existência profundamente

entediante. Se não é possível ter papel ativo no corpo social e tomar decisões de fato relevantes sobre a vida e sobre o mundo, é possível gastar-se em grandes contos heróicos, jogos virtuais que permitem grandes atos e papel ativo, *reality shows*, séries televisivas onde o personagem foge de sua condição passiva e torna-se protagonista do enredo, e é claro, votar de quatro em quatro anos numa figura que lhe promete uma vida melhor.

Esse temor inconsciente de perder o acesso à satisfação dos desejos e necessidades, artificialmente situados hoje nas mercadorias de consumo, que Bolsonaro explorou ao relacioná-lo aos progressistas e ao "comunismo", é o mesmo fenômeno que agora vem garantir sua derrota (quase certa). Essa perda material da capacidade de adquirir as mercadorias capazes de gerar satisfações momentâneas não só não foi resolvida como foi intensificada durante sua gestão. Aos poucos, o discurso da “ameaça comunista” vai perdendo força, uma vez que o “anticomunismo” parece ter apenas piorado a situação. Tal condição favorece a imagem de Lula e de seu discurso, mas não apenas no plano racional e consciente. Os brasileiros que viveram durante o governo Lula obtiveram um maior acesso às mercadorias, e isso fica marcado nas experiências e memórias do indivíduo. O processo de busca à fonte do prazer, ainda que momentânea e ilusória, exerce uma força poderosa nesse contexto. O indivíduo que antes tentava suprir a falta da satisfação genuína com as mercadorias que lhe proporcionavam pequenos prazeres agora vê-se impedido até mesmo deste gozo passageiro. Não é difícil entender que, como um viciado que fará qualquer coisa para conseguir um pouco mais de sua substância de preferência, até o mais antipetista tenha sentimentos inconscientes atrelados a essa satisfação de prazer associada ao governo Lula.

A grande vantagem dos progressistas é estarem associados a um período vivenciado pelas pessoas em que a satisfação parcial dos desejos era garantida através de mercadorias propagandeadas como soluções para o atual vazio existencial gerado pela alienação capitalista. Promovem essa satisfação ilusória da mesma forma que as propagandas promovem as mercadorias, não pelo seu conteúdo real, mas por uma mistificação em torno de um valor ilusório. De repente não se trata mais de um período em que houve um aumento na capacidade de consumo médio das famílias, mas um momento em que a felicidade genuína reinava soberana. Exploram essa ideia ao reviver

memórias de um passado onde “pobre comia picanha”, “pobre andava de avião”, “gasolina era barata”, entre tantos jargões simplórios que simplificam o dilema dos problemas sociais à mera capacidade de acesso às mercadorias que nos são oferecidas. “Eu não sou um ser humano, eu sou uma ideia” disse Lula na data de sua prisão, e ele está absolutamente correto.

A importância do fenômeno de Lula revela-se na sua capacidade de amenizar as tensões crescentes em torno da luta de classes. A imagem de Lula, e não o ser humano concreto, de um operário que chegou à presidência, um trabalhador no poder, tem uma influência imensa nas fantasias coletivas. Os descontentamentos com o modo de produção capitalista, a insatisfação generalizada com a vida, a vontade de reaver uma satisfação genuína para a existência humana, tudo isso é canalizado para uma figura que explora esses desejos e os satisfaz parcialmente, de maneira ilusória, assim como qualquer mercadoria sem valor de uso real que é propagandeada como as soluções para todos os problemas. A vontade inconsciente de estraçalhar esta sociedade que nos oprime é direcionada para eleger um representante da manutenção desta mesma sociedade, mas que atinge as pessoas como um salvador, alguém que trará de volta a felicidade perdida e que está do mesmo lado de quem bate ponto na fábrica.

Considerações Finais

A classe dominante sabe da importância do apelo aos desejos e fantasias inconscientes que os líderes de estado devem provocar nas pessoas. É muito mais fácil controlar uma massa imensa de indivíduos quando eles coletivamente acreditam e se identificam com a figura que ocupa o governo (BERNAYS, 1928). É por isso que entre Bolsonaro e Lula não há tanta diferença, no que diz respeito aos interesses da burguesia. É verdade que frações de classe (VIANA, 2015) diferentes possuem pontos específicos que um ou outro favorece, e por isso cada fração tende a apoiar um projeto específico de governo que lhe agrada mais. No que se refere à totalidade de nossa sociedade, entretanto, ambos representam os mesmos interesses: realizar a manutenção do funcionamento mais ou menos estável da sociedade capitalista, manter a produção e acumulação de mais-valor e manter a luta de classes sob controle. Nesse quesito, não há candidato que não esteja alinhado e por isso um último ponto se faz necessário.

Não são apenas os candidatos e partidos que se utilizam das ferramentas de manipulação psicológica para seus ganhos pessoais. O processo eleitoral como um todo, como uma ferramenta do Estado capitalista, propaga-se através destas ferramentas. As eleições são oferecidas como oportunidade de escolha, de tomada de decisão sobre a vida social, de alternativas à forma como a sociedade está organizada. Tal representação, uma vez mais, não passa de uma mistificação. Os indivíduos que crescem privados da possibilidade de tomar decisões importantes sobre a vida pessoal e comunitária, reprimidos na infância e na vida adulta por figuras de autoridade que lhes foram impostas, anseiam por uma oportunidade de extravasar seu descontentamento e fazer valer sua voz, os seus desejos. A eleição serve como substituta às possibilidades reais de satisfazer esses desejos, apresenta indivíduos que carregam características que podem ser aprazíveis a uns, detestáveis a outros. Imputa a ideia de que a única possibilidade de ter uma voz é votar num representante, o seu representante. Com isso canaliza qualquer desejo de mudança social para o voto num candidato específico, que longe de ser representante de qualquer eleitor torna-se seu governante, alguém que pode mandar e desmandar sobre sua vida, de acordo com os interesses da classe dominante.

Por fim, é necessário que qualquer indivíduo que busque romper com a lógica atual, e militar numa organização revolucionária, tenha em mente esses processos de manipulação pois eles atingem não apenas as pessoas que acreditam no processo eleitoral, mas também os revolucionários que a princípio já romperam com valores da sociedade burguesa. Todos os indivíduos dessa sociedade passam pelas instâncias repressivas e pelo controle social cuidadosamente fabricado para manter essa sociedade funcionando. Todos possuem marcas inconscientes deste processo (SCHNEIDER, 1977). Compreender esse fenômeno pode ajudar a identificar essas manipulações e impedir que se caia em falsos discursos que servem apenas para garantir os interesses da classe dominante. Discursos como o perigo “fascista” atingem indivíduos genuinamente interessados na mudança social e servem ao mesmo propósito que o dito perigo “comunista”: manter as energias despendidas pelos movimentos e organizações na manutenção da ordem social, e não na sua destruição (BACHMANN, 2020).

As eleições são um grande espetáculo da sociedade burguesa e seus objetivos são garantir que o descontentamento e vontade de agir que estão reprimidos nas pessoas sejam extravasados para uma ação vazia que não ameaça a ordem dominante. O processo eleitoral cria a mudança (falsa) tão esperada, geralmente o “meu” candidato, e cria o inimigo (falso), geralmente o outro candidato. Neste palco, os eleitores dos dois lados digladiam-se acreditando estarem lutando pelo seu futuro, tomando parte nas decisões importantes e lutando contra o que eles acreditam ser a causa de seu sofrimento. Com isso há uma descarga importante dessa energia contida (e aqui há de se abrir uma concessão a Freud, há algo de sexual na liberação dessa energia “contida”) que é canalizada da forma mais segura possível para a sociedade capitalista, culminando na vitória de uma das figuras e um grande gozo coletivo da população que comemora a “nova era” como uma torcida de futebol comemora o campeonato. A outra parte não deixa de aproveitar a ocasião para conseguir expressar todos os problemas sociais que vivenciam como “culpa” do candidato que não escolheram (e nisso há o prazer de confirmar que tinham razão). A cada quatro anos, o ciclo se repete, euforia social cuidadosamente contida e dentro das normas que possibilita a liberação das frustrações sociais para que tudo mantenha-se como está. Como um ritual religioso de oferenda aos deuses que mantêm a chuva e a colheita, o ritual das eleições garante que a sociedade permaneça estável para produzir apesar de todas as suas tribulações.

Referências

BERNAYS, Edward L. Manipulating Public Opinion: The Why and The How. **American Journal of Sociology**, v. 33, n. 6, p. 958–971, 1928. Disponível em: <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/214599>>. Acesso em: 8 jul. 2022.

FROMM, Erich. **A Descoberta do Inconsciente Social**. São Paulo, Manole, 1992.

FREUD, Sigmund. Obras Completas. 4: **A interpretação dos sonhos** (1900). São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, Sigmund. Obras Completas. 16: **O eu e o id, “autobiografia” e outros textos**: (1923-1925). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos**: 1930-1936. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas / Sigmund Freud, 18)

FREUD, Sigmund. Obras Completas. 6: **Três ensaios sobre A teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos:** (1901-1905). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GEHRES, Isabel Wehle. **Máquinas de felicidade : a sociedade democrática de Edward Bernays.** 2021. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/235558>>. Acesso em: 8 jul. 2022.

BACHMANN, Guilherme. O Espantalho Fascista dos Antifascistas e a Luta Contra as Ilusões Democráticas. **Revista Enfrentamento**, v. 15, n. 26, 2020. Disponível em: <<https://redelp.net/index.php/renf/article/view/509>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **O capital.** 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. 894 p.

PEREIRA, Alan Ricardo Duarte; MARQUES, Edmilson; SANTOS, André de Melo; et al. **Erich Fromm e os dilemas humanos na sociedade moderna.** [s.l.]: Edições Redelp, 2020.

SCHNEIDER, M. **Neurose e Classes Sociais.** Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

VIANA, Nildo. A alienação como relação social. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais**, Iporá, v. 1, n. 2, p. 23-42, jul./dez. 2012. Disponível em <<https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/16515>> Acesso em: 08/07/2022

VIANA, Nildo. Blocos Sociais e Luta de Classes. **Revista Enfrentamento**, ano 10, N. 17, jan/jun. 2015.

VIANA, Nildo Silva. Emancipação Feminina e Emancipação Humana. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 107, p. 40–47, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9767>>. Acesso em: 9 jul. 2022.

VIANA, Nildo Silva. Fromm crítico de Freud. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 110, p. 41–50, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/10501>>. Acesso em: 8 jul. 2022.

MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

[HTTPS://MOVAUT.COM.BR/](https://movaut.com.br/)

[HTTPS://REDELP.NET/REVISTAS/INDEX.PHP/RENF](https://redep.net/revistas/index.php/renf)